ABORDAGEM SOCIOLÓGICA SOBRE OS TIKUNA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

ABORDAGEM SOCIOLÓGICA SOBRE OS TIKUNA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Governador do Amazonas
Omar Aziz

Vice-Governador do Amazonas
José Melo

Secretário de Estado de Cultura
Robério Braga

Secretárias executivas
Mimosa Paiva
Elizabeth Cantanhede

Assessor de Edições
Antônio Auzier

Secretaria de
Estado de Cultura

Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 - Manaus-AM-Brasil
Tels.: (92) 3633.2850 / 3633.3041 / 3633.1357
Fax.: (92) 3233.9973
E-mail: cultura@culturamazonas.am.gov.br
culturadoam.blogspot.com
facebook.com/culturadoamazonas
www.culturamazonas.am.gov.br

Jocilene Gomes da Cruz

ABORDAGEM SOCIOLÓGICA SOBRE OS TIKUNA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

COLEÇÃO
CADERNOS DA AMAZÔNIA
SÉRIE PESQUISA

CULTURA
Edições
Governo do Estado

CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA

DIRETOR DO CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA
Antônio Ausier Ramos

DIRETORA TÉCNICA DO CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA
Lauriene Nakai Rodrigues Faraco

PESQUISADORES
Aline de Souza Santana
Fernando Rodrigo Sanchez Figueroa
Márcia Cristina da Costa Fernandes
Mileny Andresa da Silva Cruz

DESIGNER GRÁFICO
Francimar Rodrigues Maciel

SECRETÁRIA
Janete Albuquerque de Souza

Copyright © 2007
Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Cultura

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Antônio Auzier Ramos

PROJETO GRÁFICO
KintawDesign

CAPA
Fred Teixeira

REVISÃO
Cláudia Adriane Souza

FICHA CATALOGRÁFICA
Diretoria Gestão da Informação

C955a Cruz, Jocilene Gomes da.

Abordagem sociológica sobre os Tikuna no contexto contemporâneo / Jocilene Gomes da Cruz. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado da Cultura; CCPA, 2007.

80 p. (Coleção Cadernos da Amazônia)

1. Povo Tikuna 2. Educação Tikuna. 3. Religião étnica. I.Título.

CDD - 303.32113

CULTURA
Secretaria de Estado

Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 – Manaus-AM-Brasil
Tels.: (92) 3633.2850 / 3633.3041 / 3633.1357
Fax.: (92) 3233.9973
E-mail: cultura@culturamazonas.am.gov.br
www.culturamazonas.am.gov.br

Somos um Amazonas cheio de orgulho da nossa gente, de nossas raízes, de nossa extraordinária vida cultural. Cada vez mais vamos investir no grande potencial da nossa cultura, na capital e no interior, com foco na geração de oportunidades para novos talentos.

Omar Aziz

Mensagem proferida pelo Governador
Omar Aziz à Assembleia Legislativa do
Estado do Amazonas em fevereiro de 2011.

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS 9
APRESENTAÇÃO 11
ORIGEM DO POVO TIKUNA 15
REGISTROS E ESTUDOS SOBRE OS TIKUNA 15
LOCAIS ONDE HABITAM OS TIKUNA 18
OS TIKUNA NO CONTEXTO ATUAL 19
EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM PROJETO DE EDUCAÇÃO TIKUNA 21
A ARTE E O ARTESANATO: EXPRESSÃO CULTURAL E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA 25
O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS TIKUNA NA LUTA PELA AUTONOMIA 29
RELIGIÃO E IDENTIDADE ÉTNICA 33
OS TIKUNA DIANTE DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS 37
O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS DO POVO TIKUNA 42
A ORGANIZAÇÃO DOS TIKUNA NA LUTA PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS 48
A SITUAÇÃO DAS TERRAS TIKUNA NO CONTEXTO ATUAL 54
REFERÊNCIAS 58
MAPAS DAS TERRASINDÍGENAS TIKUNA 63

PRIMEIRAS PALAVRAS

Em meio a muitos povos e línguas que compõem o universo amazônico continental, um dos grupos sobre os quais têm sido desenvolvidos estudos acadêmicos são os Tikuna, que, também desta feita mereceram a observação cuidadosa da professora Jocilene Gomes da Cruz em trabalho preparado especialmente para o Centro Cultural dos Povos da Amazônia, que integra a Secretaria de Estado da Cultura.

Trata-se de uma abordagem sociológica, como o próprio nome sugere, mas que nasce de uma observação analítica a partir da apreciação da origem do povo, dos seus locais de habitação, da educação e das artes, da religião e das expressões culturais de sua etnia, até uma apreciação do processo de demarcação de suas terras e da situação de suas comunidades no contexto atual.

Esperamos avançar em estudos desta natureza, apreciando com olhar natural e positivo, sem proselitismo político, ideológico nem reacionário, aos quais se devem vir somar o olhar natural dos próprios filhos das nações tradicionais da floresta, somente o que permitirá uma leitura mais própria de matérias como esta.

A *Coleção Cadernos da Amazônia* que passa a integrar as Edições Governo do Estado, tendo como emissor o Centro Cultural dos Povos da Amazônia, satisfaz uma missão conferida pelo Governador Eduardo Braga, qual seja a de popularizar as informações científicas e todos os estudos

populares, no mais possível, sobre a nossa região e a multiplicidade de etnias que a compõem.

Vamos manter o cuidado de oferecer respaldo científico ao que deva ser inserido no conjunto das obras editadas.

Robério Braga

APRESENTAÇÃO

O presente texto traz uma leitura sociológica sobre os Tikuna no contexto contemporâneo, elaborado a partir de levantamento bibliográfico e entrevistas com representantes das principais Organizações do povo Tikuna, como o Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), a Organização dos Professores Tikuna Bilíngües (OGPTB) e do *Magüta* – Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões. As entrevistas com os representantes das referidas Organizações foram feitas em julho de 2005 durante a pesquisa de campo realizada por uma equipe de pesquisadores do Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA), nos Municípios de Tabatinga e Benjamin Constant.

Os Tikuna, como os demais povos indígenas do Brasil, possuem distintas denominações com as quais podem ser identificadas nos relatos de viajantes, nas pesquisas etnográficas e demais documentos. Neste texto optou-se pela grafia Tikuna com K, forma usada pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, órgão oficial responsável pela política indigenista no Brasil. Contudo, nas citações no corpo do texto e nas referências bibliográficas foi utilizada a grafia adotada pelos autores em suas obras, respeitando-se a autoria.

Quanto à estrutura do presente texto, inicia-se com uma síntese sobre a origem dos Tikuna e sobre os primeiros registros e estudos referentes à etnia, os quais retratam o contato com os colonizadores e os aspectos gerais da cultura do povo Tikuna, tais como: rituais, organização social, lugares

onde viviam e demais informações sobre o seu cotidiano. Depois dessa breve contextualização, dá-se ênfase aos "Tikuna hoje": onde vivem, quantos são e, principalmente, como vivem, destacando-se a educação escolar – as lutas e reivindicações para a construção de uma escola diferenciada; a arte e o artesanato como estratégias de sobrevivência; as Instituições e Organizações Sociais e Política; o contato com outras religiões, a atuação frente aos problemas ambientais e os desafios para manter a identidade étnica.

Enfatiza-se também, nesta leitura sobre os Tikuna no contexto atual, o processo de demarcação de suas Terras e toda a mobilização da referida etnia para obter do Estado Brasileiro o reconhecimento de um território compatível com as suas necessidades de subsistência e que englobasse os santuários, locais considerados sagrados onde os heróis culturais criaram o povo *Magüta*, dos quais descendeu o povo Tikuna. Cabe ressaltar que essa mobilização foi extremamente positiva, pois através dela conseguiram concretizar a demarcação de quase todas as suas Terras. A título de ilustração constam em anexo mapas referentes às áreas que já estão totalmente concluídos os processos de reconhecimento legal.

ABORDAGEM SOCIOLÓGICA SOBRE OS TIKUNA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

ORIGEM DO POVO TIKUNA

De acordo com as narrativas Tikuna, as quais foram amplamente descritas por Curt Nimuendajú e outros importantes etnólogos, *Yo'i* e *Ipi* criaram o povo Tikuna. *Yo'i* usando isca de macaxeira pescou no igarapé Évare peixes que ao serem retirados da água se transformaram em gente, conseguindo desta maneira formar o povo *Magũta*, que quer dizer "povo pescado do rio", dos quais descenderam os Tikuna. *Ipi* também pescou muita gente, só que não era o povo *Magũta*, eram todos peruanos. Essa é uma explicação pautada no mito da criação do mundo, principal mito Tikuna, através do qual obtém informações sobre o surgimento do universo, sobre si próprios e sobre os acontecimentos vivenciados cotidianamente.

REGISTROS E ESTUDOS SOBRE OS TIKUNA

Em "*Elementos para uma sociologia dos viajantes*", Oliveira Filho (1987) enumera dezessete relatos falando sobre o povo Tikuna, produzidos por indivíduos ou expedições que passaram pela região do Alto Solimões no início do século XVIII. Esses relatos destacam que, originalmente, os Tikuna habitavam áreas de terra-firme, ocupando os igarapés situados a margem esquerda da região acima citada, nos trechos que correspondem hoje aos municípios de Tabatinga e São Paulo de Olivença. Eles evitavam as margens do rio Solimões por serem habitadas pelos Omágua e Mayoruna, tidos como seus inimigos.

Na obra *Viagem pelo Brasil* (1817-1820), Spix e Martius fazem referências aos Tikuna, chamando-os de "Tecuna", sobre os quais fazem descrições referentes à sua localização

geográfica, aos hábitos alimentares, atendo-se, especificamente, em detalhar as festas e cerimônias que presenciaram.

Embora muitas informações sobre essa etnia tenham sido registradas pelos cronistas e viajantes, estudos sistematizados somente foram feitos a partir de Curt Nimuendajú, que teve o primeiro contato com os Tikuna em 1929, quando era funcionário do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), retornando novamente à região do Alto Solimões na década de 40, dando continuidade a um excelente trabalho. No período que conviveu com a etnia realizou um vasto estudo sobre a língua e a mitologia, fazendo ainda registros e coleta de material arqueológico e etnográfico, sendo reconhecido também por sua condição de indigenista.

A partir de Curt Nimuendajú muitos outros pesquisadores realizaram estudos visando conhecer e divulgar o povo e a cultura Tikuna, dentre os quais, destaca-se Roberto Cardoso de Oliveira, João Pacheco de Oliveira Neto, Jussara Gomes Gruber e demais pesquisadores que têm se dedicado ao estudo dos mitos, da cosmologia, da organização social, da educação, da arte, das relações interétnicas e vários outros temas do universo Tikuna.

Esses estudos revelam que os Tikuna, desde a colonização, convivem e relacionam-se com diferentes atores sociais e, apesar, do intenso contato, preservam ainda hoje a língua materna e mantêm de forma dinâmica peculiaridades da cultura material e imaterial. Um desses aspectos culturais mantidos até hoje é a *Festa da Moça Nova*, um ritual importante para a reprodução social do referido grupo étnico, por marcar a tradição, atualizando e recordando a memória dos antepassados. A festa caracteriza-se como um ritual de passagem, referindo-se à transição de menina a mulher, e é composto por inúmeros atos significativos, como: o convite

aos Tikuna de clãs diferentes; a construção do curral para isolar a moça; músicas e instrumentos musicais selecionados especificamente para a festa; a presença de mascarados e máscaras representando seres mitológicos; a fase da *pelação* – momento em que os cabelos da moça são arrancados -; a cerimônia de purificação, que consiste no banho de rio. A cerimônia se encerra quando a moça coloca o vestido de adulta, o qual marca simbolicamente a sua entrada no mundo social.

FIGURA 1 Máscaras da Festa da Moça Nova /Museu Magüta – Benjamin Constant.

LOCAIS ONDE HABITAM OS TIKUNA

Os Tikuna constituem-se, no contexto atual, o povo indígena mais numeroso do Brasil, segundo dados do Instituto Socioambiental (2000), são cerca de 32.613, só no território brasileiro, habitando tradicionalmente a região do Alto Solimões / Amazonas. As suas terras estão localizadas na maioria dos Municípios que compõem essa região, a saber: Tabatinga, Benjamin Constant, Amaturá, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e Tonantins. O mapa abaixo destaca a referida região, que corresponde à área de maior concentração dos Tikuna.

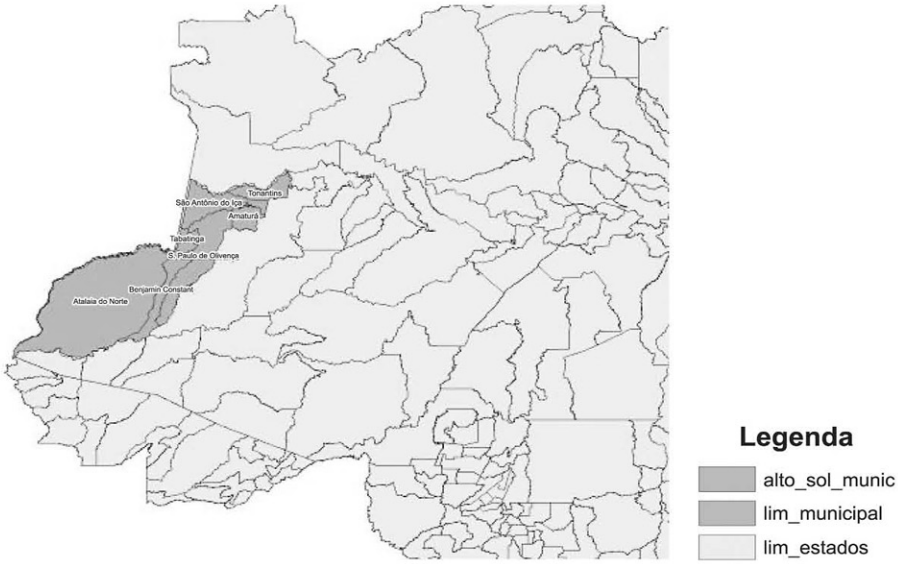


FIGURA 2 Àrea do Alto Solimões.
Fonte: SIPAM, 2005.

Um levantamento realizado pelo Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT) aponta que um número significativo de Tikuna também reside no Município de Manacapuru-AM e na

área periférica do Município de Manaus-AM. No Peru são cerca de 4.200 e na Colômbia, 4.535 (Instituto Socioambiental, 2000), a soma da população de Tikuna dos três países é de 41.348, um número que tende a aumentar tendo em vista o momento histórico, o qual tem se mostrado mais favorável as suas lutas e reivindicações.

Verifica-se que os Tikuna ocupam um território onde convergem as fronteiras políticas de três países: Brasil, Colômbia e Peru. Vale ressaltar que essa especificidade faz com que os Tikuna, ao mesmo tempo em que se auto-reconhecem como grupo indígena diferenciado, também reconheçam as diferentes identidades nacionais relacionadas aos três países citados (LOPES, 2003, p.11). Adotando ainda, como segunda língua a utilizada no Estado Nacional no qual estejam situadas as suas terras, assim, além de sua própria língua, os Tikuna falam também espanhol e português.

OS TIKUNA NO CONTEXTO ATUAL

> *Os Tikuna não são uma história que foi contada, eles estão vivos, construindo a sua história, eles estão aqui!*

A frase acima é do Sr. Santo Cruz, membro do Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), e traduz o orgulho que sente do seu povo, que apesar dos inúmeros embates travados ao longo dos anos, consegue manter de forma dinâmica a sua cultura, lutando para escrever sua própria história. Oliveira Filho (2000), ao analisar os Tikuna no contexto contemporâneo, enfatiza que, faz-se necessário reconhecer que os povos indígenas são "*coletividades vivas que lutam por definir o seu futuro, que se expressam por múltiplas vozes e podem ser*

interpretadas em diferentes sintonias". Observa-se uma forte aproximação entre as palavras do Sr. Santo Cruz e as do antropólogo, pois ambas chamam a atenção para a dinamicidade de um povo que possui voz própria e que luta para falar por si e decidir sobre seu futuro.

É válido assinalar que não apenas os Tikuna, mas os povos indígenas como um todo, encontram-se hoje, diante de muitos desafios que precisam ser vencidos para que de fato sejam reconhecidos e respeitados como grupo étnico que vive essa etnicidade e luta para mantê-la. Para Souza (2005), o primeiro grande desafio dos povos indígenas hoje é desconstruir a imagem do "índio único", "genérico", pois essa imagem acaba por apagar suas histórias, sua língua e por esvaziar suas lutas, colocando ainda povos diferentes sobre o mesmo rótulo. Rótulo esse que não traduz a diversidade e riqueza cultural que lhes são peculiares. Eliminar idéias equivocadas, que pregam que as culturas indígenas são atrasadas e seus saberes uma negação da ciência e da objetividade, é outro grande desafio, pois, esse tipo de visão (preconceituosa) impede que seja usufruído um legado cultural acumulado durante milênios nas mais diversas áreas. Para o autor ora citado, o maior desafio dos povos indígenas é apagar a imagem da "cultura imutável – congelada", que vê, equivocadamente, os indígenas como parte de um passado ou como seres exóticos que sobreviveram a esse passado. Romper com essa visão significa reconhecer que:

> *Vivemos num mundo da interculturalidade. Cada povo mantém contato com outros povos e eles se influenciam mutuamente. Assim foi desde sempre. Octavio Paz, escritor mexicano, escreveu que 'as civilizações não são fortalezas, mas encruzilhadas'. Tudo que o homem produz de belo deve ser*

usufruído por qualquer outro homem em qualquer parte do planeta num empréstimo cultural. Historicamente, no entanto, os índios não escolheram o que tomar emprestado. Os contatos interculturais foram impostos, numa relação assimétrica. É preciso dar para os índios autonomia para mediarem as relações interculturais. Fazer isso é um grande desafio" (SOUZA, 2005, p. 2).

Percebe-se que são muitos os desafios, e conseqüentemente um longo caminho de luta a ser percorrido, para que valores restritos sejam suplantados, permitindo-se ver o belo que se esconde na diversidade de gentes, gestos, modo de ver e de viver. É nesse contexto que os Tikuna estão inseridos, em suma, é nessa trilha de luta que os encontramos, dialogando e/ou negociando seus projetos de futuro.

EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM PROJETO DE EDUCAÇÃO TIKUNA

Por um longo tempo, a educação escolar levada aos Tikuna caracterizou-se pela abordagem de conteúdos e metodologias que se distanciavam de suas realidades, desde a arquitetura da escola até os materiais didáticos não se adequavam às peculiaridades culturais e ambientais. Nessas escolas atuavam predominantemente professores brancos, que por não falarem a língua Tikuna, tinham dificuldades de se comunicar com as crianças, o que tendeu à perda, por parte destas, do domínio da língua, uma vez que era priorizado o português.

Esse modelo de escola que ameaçava a cultura e que não atendia às demandas da comunidade fez com que os

professores e os comunitários se reunissem para pensar uma escola que fosse capaz de promover o diálogo com a sociedade nacional, conhecer seus mecanismos e garantir a manutenção da identidade étnica Tikuna. Com esse objetivo foi realizado em setembro de 1983 o I Encontro de Professores Tikuna, o qual reuniu 52 professores e que representa o marco de um processo importante no âmbito da educação escolar, pois a partir de então foram tomadas inúmeras medidas para concretizar o *Projeto de Educação Tikuna.*

Desta mobilização nasceu em 1986 a Organização dos Professores Tikuna Bilíngües (OGPTB) para atender seus anseios. A partir da criação dessa Organização, as aldeias Tikuna passaram a escolher os professores entre os próprios moradores. Como esses professores possuíam pouca qualificação e recebiam freqüentes ameaças de demissão por parte das prefeituras, a OGPTB se articulou para viabilizar a formação dos mesmos. É importante ressaltar que essa articulação dos Tikuna, em torno da educação formal, pautada no respeito aos aspectos culturais, aconteceu antes da Constituição Federal de 1988, que assegurou a educação diferenciada e bilíngüe a ser implantada em todas as escolas indígenas do Brasil.

A mobilização da OGPTB, que contou com a assessoria de Jussara Gomes Gruber, consolidou o *Projeto Educação Tikuna*, cujo objetivo principal foi a formação dos professores, que foi dividida em duas etapas. A primeira realizou-se no período de 1993 a 1997, para oferecer aos professores indígenas o Ensino Fundamental. O curso aconteceu no Centro de Formação de Professores Tikuna – Torü Ngüepataü (em português *"Nossa Casa de Estudo")*, construído na aldeia de Filadélfia, e atendeu 212 professores. A segunda etapa objetivou a formação em Ensino Médio, habilitando 230 professores ao magistério.

Através do referido Projeto também viabilizaram ações, que embora não estivessem previstas nos objetivos iniciais,

mostraram-se significativas. Dentre essas ações destaca-se o registro de palavras da língua materna, obtidas através de narrativas de mitos, lendas e fatos históricos do povo Tikuna relatadas pelos idosos. Esse registro foi extremamente positivo, pois auxiliou os professores em sala de aula e proporcionou aos jovens o interesse pela cultura Tikuna e pelos idosos – detentores de ricos conhecimentos. Outra ação representativa foi a distribuição de diferentes materiais didáticos, escritos na língua Tikuna, abordando assuntos referentes ao meio ambiente, à saúde, terra indígena e outros temas relacionados ao cotidiano da etnia, os quais viabilizaram maior aproximação entre os professores e as comunidades.

Segundo o depoimento do Sr. Valdino, atual presidente da OGPTB, os méritos do *Projeto de Educação Tikuna* são inúmeros, especialmente por ser um modelo voltado para as especificidades da etnia. No que tange particularmente aos alunos, os benefícios foram e continuam sendo evidentes, pois a contextualização dos conteúdos e das metodologias de ensino aumentou o interesse pelas aulas; o uso da língua materna facilitou a comunicação e contribui para a valorização da cultura tradicional. Para os professores, o Projeto teve e continua tendo importante papel, porque, através dele foi possível elaborar currículos e planos de aula como proposta de educação indígena diferenciada, sendo a aceitação dessa proposta, pelas prefeituras locais, uma conquista para todo o povo Tikuna.

Para o presidente da OGPTB, por esses e outros fatores é que a Organização significa "*o caminho da liberdade do povo indígena*", pois conhecer sobre a sociedade com a qual mantém contato, há mais de três séculos, os possibilita "*fazer suas escolhas, conhecer seus direitos e a lutar por eles*".

De acordo com Freire (1995), através do Projeto, os Tikuna têm garantido o direito à educação diferenciada nas escolas da região do Alto Solimões e a consolidação de um

novo modelo de ensino, a prova disso seria a contratação, pelas prefeituras locais, de cerca de 70% dos professores que passaram pelo processo de formação.

Verifica-se que, para os Tikuna, a escola indígena é um instrumento que lhes permite pensar as sociedades indígenas e sua relação com a sociedade nacional. Nessa perspectiva, a escola assume o papel de um novo espaço e tempo educativo necessários ao atual momento, e que poderá (ou não) permitir esse diálogo muito importante. Deve-se frisar que essa escola é diferente dos modelos que o Brasil, desde o século XVI impõe aos povos indígenas e, que, sempre esteve pautada na catequização, "civilização" e integração forçada dos índios à sociedade nacional, tentando fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que são.

Na análise de Meliá (2001), a educação escolar indígena que os povos indígenas reivindicam pode ser vista como uma estratégia de luta, como meio de assegurar o acesso a conhecimentos gerais sem precisar negar as especificidades culturais e a identidade étnica. Em outras palavras, para garantir suas tradições, os povos indígenas precisam se apropriar de outros conhecimentos que dêem conta de continuar suas lutas pela vida e/ou por uma melhor qualidade de vida. E nessa luta pelo reconhecimento de sua identidade e de sua condição de sujeitos de direitos – direito à terra, à saúde, à educação, à participação na divisão social dos bens materiais e culturais – a escola indígena se apresenta como um instrumento essencial.

Cabe destacar que, da criação da OGPTB até o presente momento, uma produção significativa de materiais didáticos na língua Tikuna – cartilhas, cartazes, livros, apostilas, jogos – foram elaborados pelos professores, assessorados por Jussara Gruber, e publicados com o apoio do MEC. Dentre os livros publicados destaca-se o *Werigü aru Are* (O Canto dos Pássaros), o *Cururugü*

Tchiga (Histórias de Sapos), O Livro das Árvores e o de Saúde Bucal. Isso dá uma idéia da grandiosidade do Projeto, especialmente pela determinação, que permanece ainda hoje, em romper com os modelos de ensino que insistem em privilegiar temáticas totalmente descontextualizadas de seus valores e de sua história. Deste modo, a organização dos professores Tikuna como categoria vai-se consolidando e coletivamente decidindo sobre seu destino. No momento se dedicam à formação em nível superior discutindo junto à Universidade do Estado do Amazonas – UEA e à Universidade Federal do Amazonas – UFAM, cursos compatíveis com suas especificidades culturais e com as novas demandas que se apresentam no contexto em que vivem hoje.

A ARTE E O ARTESANATO: EXPRESSÃO CULTURAL E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

FIGURA 3 Loja de artesanato – Museu Magüta / Benjamin Constant.
Foto: Altamiro Vilhena, 2005.

De acordo com Jussara Gomes Gruber (2000), os Tikuna, de modo geral, possuem excepcional talento e sensibilidade para a arte, que se apresentam de *"maneira*

muito rica e imaginativa, principalmente nas suas produções materiais e na música". A autora ressalta que, desde criança, manifestam o gosto pela pintura, desenhando nas paredes das casas, nos chão do terreno, em pedaços de madeira ou em outros materiais. Na vida adulta, esse gosto permanece e muitos se tornam habilidosos artistas. O talento artístico, somado ao vasto conhecimento que possuem sobre os pigmentos de origem vegetal e mineral, resultam na produção de verdadeiras obras de arte, sendo estes e outros fatores que levaram Jussara Gruber a coordenar oficinas de arte durante o Curso de Formação de Professores Tikuna, e que resultou na confecção de inúmeros quadros e gravuras inspirados no universo da etnia.

FIGURA 4 Crianças Tikuna no Centro de Artesanato AMATU/ Aldeia Bom Caminho/Benjamin Constant.

A habilidade artística também se faz presente no artesanato, feito tradicionalmente pelas mulheres, para uso próprio, como o tipiti, aturá, potes, cestos e outros objetos

usados para carregar, guardar alimentos e para compor cerimônias e rituais tradicionais. Almeida (1996), em sua pesquisa de campo no Alto Solimões em algumas aldeias Tikuna, observou que, nas comunidades distantes, poucas famílias utilizavam o artesanato como produto de venda, as eventuais negociações se davam com os regatões. Já nas aldeias mais próximas das cidades, verificou que a fabricação e a venda de artesanato representavam um importante meio de subsistência.

Em decorrência do relevante papel que o artesanato passou a ocupar na subsistência de algumas aldeias, foi criada a Organização das Mulheres Artesãs Tikuna (OGMITAS). A partir da criação dessa organização, verifica-se que cada uma das aldeias, onde o artesanato assume o papel de principal fonte de renda voltada para a subsistência, passa a formalizar seus próprios grupos de artesãos e a construir centros de fabricação, como exemplo pode-se citar a aldeia Bom Caminho, localizada no entorno da cidade de Benjamin Constant, onde o artesanato é uma das principais fontes de geração de renda. É importante ressaltar que essa "representatividade econômica" foi adquirida pelo esforço das mulheres que criaram a Associação das Mulheres Artesãs da referida comunidade. Hoje, cerca de 150 pessoas estão associadas trabalhando na fabricação de artesanato, possuindo sede própria: o "Centro de Artesanato AMATÜ", construído em 1994 com o apoio da prefeitura local e do Governo do Estado do Amazonas. De acordo com as artesãs, o artesanato *"é expressão cultural, pois é rico em grafismos que simbolizam os clãs, os mitos e rituais do universo Tikuna"*.

Para os artesãos de Bom Caminho, a fabricação de artesanato tem também, como princípio norteador, a noção de uso sustentável dos recursos naturais e autogestão, sendo essa concepção responsável pelo desenvolvimento de projetos

de manejo florestal, piscicultura, roças comunitárias, entre outros, vistos como alternativas de subsistência e realizados através de parcerias com instituições municipais e estaduais, tendo a participação efetiva das artesãs.

FIGURA 5 Centro de Artesanato AMATU – Comunidade Bom Caminho/Benjamin Constant.

Nota-se que não somente a fabricação de artesanato, antes feita exclusivamente pelas mulheres, passa por transformações, mudanças significativas são observadas, sobretudo, no valor desse artesanato, que deixa de ter um caráter de uso, para incorporar um "valor de troca", ou seja, para transformar-se em uma mercadoria com papel fundamental na subsistência das famílias.

É válido frisar que embora o artesanato se apresente como um meio utilizado pelos Tikuna para suprir as suas necessidades de alimentação, ele também se caracteriza como importante instrumento de manutenção de sua cultura, pois durante o processo de fabricação, seja nos centros de artesanato ou em suas casas, os Tikuna se reportam aos seus

mitos, festas e cerimônias, às atividades cotidianas e ao conhecimento que possuem sobre a natureza. Nesses momentos de aproximação com a cultura têm ainda a possibilidade de exercitar à tradição oral e a educação comunitária, repassando às crianças a arte e os ricos conhecimentos milenarmente construídos e que estão fortemente impregnados nos objetos fabricados e comercializados.

O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS TIKUNA NA LUTA PELA AUTONOMIA

Ao longo de séculos, os Tikuna têm mantido contato com diferentes atores sociais. Verifica-se que, de modo geral, essas relações caracterizaram-se pela apropriação da sua força de trabalho, pela imposição de crenças, valores e costumes, bem como pela constante ameaça de dominação de seus territórios. Em outras palavras, esse contato constituiu-se em verdadeiro embate, nos quais nem sempre os Tikuna saíram vitoriosos. Contudo, é importante assinalar que cada "situação de contato com o outro" foi experiência adquirida, sendo responsável por serem, hoje, bons articuladores com a sociedade envolvente.

É possível afirmar que os mecanismos de luta pela manutenção da identidade étnica têm base nas Organizações e Associações Indígenas, que foram de extrema importância nesse processo. Merece destaque o Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), criado em 1982 com a função de fiscalizar e reivindicar políticas públicas, e que se mostrou fundamental no processo de articulação e luta pela demarcação e reconhecimento das terras do povo Tikuna, num período em que sofriam ameaça de

domínio de seu território. Segundo o depoimento de Nino Fernandes, atual presidente do CGTT, a história das Organizações política dos Tikuna remonta aos anos 70, período em que foram realizados os primeiros encontros de lideranças Tikuna para discutir os problemas de suas comunidades, atendo-se particularmente aos problemas referentes às invasões de suas Terras. Durante as reuniões decidiram criar o CGTT e escolher um Capitão Geral e alguns auxiliares, que passariam a servir de intérpretes e negociadores dos interesses de todo o grupo, junto aos órgãos governamentais.

Os primeiros anos de existência do CGTT foram dedicados à luta pela demarcação e reconhecimento das terras Tikuna, uma mobilização exitosa, pois a maiorias delas já foram legalizadas. Em 1997, o referido Conselho adquire personalidade jurídica própria e passa também a assumir o papel de formulador e gerenciador de projetos nas áreas de desenvolvimento, saúde e educação. Nessas áreas, são desenvolvidos projetos pilotos que se constituem em multiplicadores de experiências a serem implantadas em distintas comunidades, respeitando suas especificidades próprias. O CGTT tem atuado também no sentido de que essas experiências proporcionem a construção de um quadro de dirigentes e gerenciadores Tikuna capacitados para assumir as responsabilidades de formulação e implementação de propostas que reflitam as reais necessidades do povo Tikuna.

A Organização dos Professores Tikuna Bilíngües (OGPTB) é outra importante entidade e foi criada com a finalidade de formar professores indígenas para atuarem nas escolas, como garantia da construção de um plano político pedagógico compatível com a suas especificidades culturais. É pertinente ressaltar, que a OGPTB está na vanguarda das lutas dos povos indígenas em torno de uma escola específica e diferenciada, pois desde 1986 trabalha para concretizar esse

objetivo. Para garantir e ampliar as conquistas no campo do ensino, a referida Organização elaborou um Projeto de Formação de Professores em Nível Superior (Curso de Licenciatura em Educação), o qual foi encaminhado à Universidade do Estado do Amazonas – UEA. As discussões e negociações em torno da consolidação desse Projeto estão bem avançadas, e, segundo dados informais, a data prevista para o inicio do Curso seria em 2006.

Além das duas entidades citadas, também merecem destaque a Organização dos Monitores de Saúde do Povo Tikuna (OMSPT), que em 1990 passa a denominar-se Organização de Saúde do Povo Tikuna do Alto Solimões (OSPTAS); a Federação das Organizações dos Caciques e Comunidades Indígenas Tikuna (FOCCIT); a Associação das Mulheres Indígenas Tikuna (AMIT). É válido frisar que a cada ano tende a se consolidar novas Organizações em aldeias localizadas no Alto Solimões com o intuito de superar as inúmeras dificuldades oriundas de problemas como degradação ambiental, escassez de recursos para a subsistência, deficiência no atendimento à saúde, entre outros.

Outro significativo instrumento criado com o propósito de fortalecer a cultura Tikuna é *o Magüta*: Centro de Documentação e Pesquisa do Ato Solimões, fundado em 1986 no Município de Benjamin Constant com o apoio de João Pacheco de Oliveira. Nele há um museu indígena, uma biblioteca e uma sala de artesanato. Segundo consta no Art. 2º do Estatuto deste, sua meta é "*promover, apoiar ou orientar estudos e pesquisas, de natureza ou repercussões práticas, sobre a cultura e a história dos povos indígenas do Alto Solimões, especialmente dos Tikuna*".

O Centro Magüta, desde a sua implantação, tem realizado inúmeros trabalhos como: assessoramento aos professores bilíngües, desenvolvimento de projetos na área de

saúde, parceria com o Conselho Geral da Tribo Tikuna – CGTT na demarcação das terras Tikuna e outros. No começo da década de 90, conforme estudo realizado por Almeida (1996), o Magüta passa a trabalhar com a noção de Desenvolvimento Sustentável, objetivando frear o ritmo de degradação que atinge suas aldeias.

FIGURA 6 Magüta: Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões/Benjamin Constant. Foto: Altamiro Vilhena, 2005.

Toda a articulação política das Organizações e Associações criadas pelos Tikuna está pautada, particularmente, em um propósito: garantir a autonomia e o direito de definir os rumos da própria história do Povo Tikuna. Cabe lembrar que a concretização desse objetivo requer do Estado: o reconhecimento respeitoso acerca da diversidade cultural, a construção de políticas adequadas que extrapolem o modelo atual e que sejam capazes de garantir essa diversidade. Nesse contexto, não se pode pensar autonomia como sinônimo de independência, pois isto não pressupõe a

eliminação da presença do Estado na vida indígena, ao contrário, visa à instauração de uma outra forma de relação entre o Estado e os povos indígenas. Como bem enfatiza Silva (2005), "*apostar na autonomia dos povos indígenas é confiar em seu protagonismo, nas escolhas que vão fazendo coletivamente e na força de suas culturas e instituições. São eles que vão traçar as linhas de sua autonomia*". Dito de outra maneira são eles que devem decidir sobre suas escolhas, opinar sobre elas e até arrepender-se delas, este é um direito que não se pode negar-lhes.

Analisando a trajetória histórica dos Tikuna verifica-se que essa autonomia vem sendo conquistada, e sem dúvida, essa é uma conquista obtida através de sua organização social e política que os têm levado a responder criticamente às "alternativas" que lhes são apresentadas e, a construir projetos que de fato correspondam com seus anseios e interesses. Tem sido assim no âmbito da educação, saúde e principalmente na reivindicação de políticas públicas.

RELIGIÃO E IDENTIDADE ÉTNICA

Desde os primeiros contatos até o momento atual, os Tikuna têm convivido com a presença de distintas religiões, sendo a igreja católica, por intermédio dos missionários jesuítas a primeira a tentar convertê-los em cristãos. De acordo com Nimuendajú (1952), a primeira missão a se instalar na região do Alto Solimões foi à missão jesuíta espanhola, que em 1645, inicia sua catequização pelos Omágua, vindo posteriormente a se instalar na região os jesuítas portugueses que irão atuar na conversão dos Tikuna.

A catequização dos indígenas não pode ser analisada isoladamente, em virtude da ação das missões está diretamente

atrelada aos interesses econômicos de ocupação do norte do Brasil/colônia e da corrida pelas drogas do sertão. Em decorrência desses interesses econômicos, o Alto Solimões, segundo estudos feitos por Nimuendajú, se transformou em um campo de batalhas pelo controle da mão-de-obra indígena e dos marcos de limites das posses de terras. Erthal (1998) enfatiza que várias Ordens e Congregações religiosas, deslocando-se a partir da foz do Amazonas, estabeleceram aldeamentos até o rio Solimões, onde contiveram o avanço dos Espanhóis e alargaram os limites colocados pelo Tratado de Tordesilhas. Desse modo, os portugueses assumem o domínio das terras e conseqüentemente dos bens resultantes da exploração dos recursos (drogas do sertão) e da mão-de-obra indígena, sendo a conversão religiosa um instrumento imprescindível nessa empreitada dos colonizadores portugueses.

No contexto atual, além das igrejas católicas, muitas outras igrejas protestantes transferem-se para as aldeias e municípios do Alto Solimões, arrebatando e/ou convergindo fiéis. Macedo (1999) relata a história da chegada da igreja Batista na região por intermédio de pastores norte-americanos pertencentes à *Association of Baptists for Word Evangelism*, que se instalaram na comunidade Santa Rita do Weil (Município de São Paulo de Olivença) com o propósito de construir uma igreja e uma escola, a princípio para a conversão dos brancos que moravam nesse povoado. Aos poucos, os indígenas que viviam espalhados ao longo do igarapé de Santa Rita passaram a assistir aos cultos protestantes e a se comunicarem com os pastores. O crescimento de fiéis Tikuna nos cultos foi responsável pela decisão dos missionários de comprar terras e fundar uma comunidade, nascendo assim Campo Alegre. Segundo a análise do autor anteriormente citado, *"a criação de um aldeamento como Campo Alegre, diferente da organização de*

moradia anterior, onde a maior parte dos Tikuna vivia espalhada pelos igarapés, mas dependente de um patrão, inaugurou um novo tipo de relação com os brancos e modificou a economia dos índios" (MACEDO, 1999, p. 182).

Observa-se que o fenômeno de reunião dos Tikuna em grandes aldeamentos, motivado pela criação de igrejas, não se restringiu a Campo Alegre, pois do final da década de 60 até o início da década de 70 muitas outras grandes comunidades indígenas foram criadas por meio de movimentos religiosos, um bom exemplo é o movimento da Santa Cruz, liderado por um branco, conhecido como "irmão José", que fundou diversas aldeias e difundiu diretrizes de organização do movimento que tinha (tem) como premissa a idéia de que a salvação está relacionada à reunião dos crentes em torno de grandes cruzes.

FIGURA 7 Igreja da Santa Cruz – Comunidade Bom Caminho/Benjamin Constant.

Dentre os preceitos mais negativos impostos pela "Irmandade das cruzes" estão as proibições que não se limitam aos rituais, como da *Moça Nova*, sendo também consideradas "coisas do satanás" o jogo ou qualquer atividade

que envolva movimento físico; a fabricação e ingestão de bebidas utilizadas nos rituais e as adquiridas nos comércios; a música; as danças e outras atividades relacionadas à cultura e à vida cotidiana.

Verifica-se, pelo exposto, que para se compreender a atuação das igrejas no universo Tikuna, tanto no passado quanto no contexto atual, deve-se partir de uma análise dos fatores econômicos, políticos e sociais que envolveram (e envolvem) as relações de contato interétnico, enfim, é preciso levar em consideração as variações de conjunturas políticas e os caminhos percorridos por essa etnia ao longo de sua história. Do ponto de vista de Macedo (2000), a conversão religiosa é uma das faces do contato interétnico, podendo muitas vezes ser interpretada apenas como um tipo de dominação ideológica, vinculada a interesses econômicos e políticos da sociedade envolvente, contudo, o autor assinala que é preciso ter cautela para não se correr o risco de simplificações, ressaltando deste modo a necessidade de uma análise política do fenômeno religioso. Isto porque, no que concerne aos Tikuna, por exemplo, sua pesquisa de campo revelou que eles:

> *(...) são parte ativa da disseminação do Cristianismo: as lideranças religiosas indígenas são a espinha dorsal da atuação das igrejas protestantes nas aldeias e povoados Tikuna. Além disso, a própria população indígena crente tem interesses concretos na conversão religiosa, sejam eles matérias, de ascensão social nas comunidades e em compartilhar da identidade diferenciada dos índios crentes* (MACEDO 2000, p. 176).

Assim, a conversão ao protestantismo deve ser considerada como uma das identidades possíveis construídas no contato interétnico que cumpre um papel específico, mas que não significa uma reorganização completa do sistema de crenças indígenas, isto porque *"a presença de missionários estrangeiros e a de pastores indígenas não apagou entre os Tikuna as crenças no universo sobrenatural originário e o desejo de realizar as festas e rituais tradicionais"* (MACEDO, 1996, p. 124). Isso significa dizer que as modificações processadas em decorrência dos contatos com as missões religiosas e com outros atores sociais não eliminam a tradição, ao contrário, em certos momentos, são utilizadas para inventar e/ou reinventar novas tradições.

OS TIKUNA DIANTE DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS

Os Tikuna, assim como muitas outras etnias que habitam na Amazônia têm convivido com problemas ambientais difíceis de serem revertidos, os quais são oriundos de intervenções predatórias sobre o seu meio ambiente, tais como: invasão de lagos por barcos pesqueiros, destruição da floresta pela ação indiscriminada dos madeireiros, desmatamento para criação de bovinos promovida por pecuaristas, rios poluídos devido à exploração de minério e outros.

É importante enfatizar que todas as intervenções praticadas por agentes sociais externos (madeireiros, mineradores, pesqueiros e outros) representam ameaças concretas á sustentabilidade dos territórios dos Tikuna, e, também, são responsáveis por inúmeros conflitos, na maioria das vezes com graves conseqüências, pois muitos Tikuna chegaram a perder a vida em virtude desses conflitos. A

década de 80 foi um dos períodos de maior ocorrência de atritos e de denuncias de arbitrariedades cometidas por parte dos referidos agentes sociais, fato que pode ser constatado nos relatos das lideranças Tikuna, nos relatórios de pesquisadores e nos arquivos dos meios de comunicação.

Observa-se que todos os problemas ambientais com os quais os Tikuna têm lutando, são extremamente complexos, por envolver concepções e interesses divergentes. Entretanto, é possível afirmar que a pesca predatória é um dos problemas mais difíceis de ser resolvido, em virtude de possuir aspectos extremamente agravantes, posto que, além de provocar a diminuição do pescado que é uma fonte essencial de alimento, também se constitui em uma atividade econômica que tem como base um sistema de exploração que tende a segregar e a empobrecer os habitantes do Alto rio Solimões, sejam eles Tikuna ou caboclos.

Brasil (2000) apresenta uma análise de suma importância a respeito da atual forma de exploração dos recursos pesqueiros na região do Alto Solimões. Para o autor, trata-se de uma atividade econômica nos moldes que foi a exploração da borracha e está sendo a madeireira em várias regiões da Amazônia, ou seja, caracteriza-se por um interesse econômico imediatista, sem qualquer preocupação com a sustentabilidade sócioambiental. Nesse tipo de atividade, a concentração de benefícios fica nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria absoluta (indígenas de varias etnias e caboclos) gradativamente vai perdendo sua qualidade de vida, tendo seus ambientes pesqueiros debilitados e "*quiçá, sem capacidade de se revigorar, pois além do esgotamento dos estoques há um incremento no desmatamento da vegetação de várzea, fornecedora de alimentos e habita de reprodução aos peixes*" (2000, p. 258).

Pelo exposto, percebe-se que a pesca predatória é um problema de grandes proporções que atinge não apenas os Tikuna, mas também as demais populações da região, fazendo-se necessário a ação efetiva dos governantes locais e a elaboração de Políticas Públicas capazes de reverter o quadro de exploração e degradação ambiental observados na região.

Cabe destacar que além dos problemas ambientais oriundos da invasão e exploração predatória de seus territórios, os Tikuna têm convivido com outros graves problemas, decorrentes das intensas mudanças processadas nos seus padrões culturais como: modificações no sistema econômico tradicional, perda dos conhecimentos ecológicos, mudanças nas formas tradicionais de assentamento entre outras. No que tange às mudanças processadas na forma tradicional de ocupação do território Lima & Pozzobon (2000), apresentam uma análise extremamente relevante. Segundo os autores, sob a alegação, por parte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou das missões religiosas, de que os indígenas necessitavam de assistência médica e proteção contra os invasores, vários grupos de Tikuna que antes viviam dispersos pelo território tradicional, foram agrupados formando grandes "aldeamentos". A alta densidade populacional nesses "aldeamentos" provocou gradativamente o esgotamento dos recursos naturais ali existentes e, em decorrência desse esgotamento, passaram a enfrentar problemas como: carências alimentares, até mesmo, fome crônica; disseminação de epidemias de sarampo, gripe, varíola, tuberculose e outras doenças trazidas pelos próprios agentes e missionários (LIMA & POZZOBON, 2000, p. 14).

Em suma, a alteração na forma tradicional de ocupar o espaço desestabiliza a necessária sustentabilidade ecológica do lugar, fazendo com que os Tikuna tenham dificuldades de

sobreviver dignamente em seus territórios. A sobrevivência passa a depender quase totalmente da produção mercantil, sendo muitas vezes complementada por trabalhos assalariados nas cidades, posto que a maioria dos "aldeamentos" estão localizados muito próximo das cidades, a título de exemplo pode-se citar Umariaçú I e II em Tabatinga; Filadélfia e Bom Caminho em Benjamin Constant. Os autores anteriormente citados assinalam que os povos indígenas que passam por essa situação vivenciam uma realidade antagônica, pois estão ligados a um território que, "*se lhes garante o reconhecimento da singularidade étnica e lhes oferece os supostos benefícios da tutela governamental, não lhes permite sobreviver de acordo com seu modelo econômico tradicional*" (LIMA & POZZOBON, 2000, p. 20), colocando-os frente ao dilema: viver num ambiente economicamente desfavorável ou migrar para as cidades ou áreas rurais mais distantes e perder os benefícios ligados à territorialidade.

Segundo a análise de pesquisadores que estudam as problemáticas ambientais dos Tikuna, esse povo é consciente da complexidade de seus problemas, percebem que os modelos econômicos introduzidos em suas aldeias são efêmeros e que precisam ser substituídos por outros, capazes de garantir demandas advindas do contato com a sociedade capitalista. Nos últimos anos, através de suas Organizações, especificamente por meio do Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), vêem se mobilizando fortemente para atuar diante dessa realidade, buscando parcerias e formulando projetos pautados na noção de Desenvolvimento Sustentável, como exemplo, pode-se citar o *Projeto de Etnodesenvolvimento e Formação de Gestores Tikuna*, o qual vem sendo consolidado. Um dos principais objetivos, do referido projeto é criar bases para a um desenvolvimento diferenciado daqueles com os quais têm tido contato. Para tanto, investem na capacitação de gestores, ou seja, agentes

formuladores e multiplicadores de uma nova relação possível com o ecossistema, a partir de projetos de manejo ambiental, como forma de garantir sua sobrevivência.

O Projeto de *Etnodesenvolvimento e Formação de Gestores Tikuna* possui quatro subprojetos, a saber: "A Construção de Viveiros e Piscicultura"; "O açaí e a vigilância das fronteiras"; "O Plantio de tucum e a exploração integrada da capoeira Tikuna"; e "A Formação de Gestores Tikuna". Do ponto de vista de Almeida (1996), que assessorou o Projeto, a característica diferencial da proposta elaborada pelos Tikuna se dá pela concepção de "sustentabilidade", que tem como base a construção de um projeto de saúde pública, pensado no sentido integral (alimento, habitação, água limpa, esgoto, trabalho e renda) e que, portanto, tende a promover melhores condições de vida.

Nesse processo de luta dos Tikuna pela preservação de seu meio ambiente, tem também relevante papel o *Projeto de Educação Ambiental*, implantado nas escolas Tikuna pelos professores com a assessoria da antropóloga e bióloga Deborah de Magalhães Lima, cuja finalidade é a conscientização sobre os problemas ambientais que atingem as aldeias; a discussão sobre a importância da conservação de valores e conhecimentos sobre o meio ambiente que está ameaçado e a contribuição na formação de futuras lideranças compromissadas com a sua identidade étnica.

É possível afirmar que as bases para a consolidação de projetos sustentáveis nas áreas Tikuna devem ser buscadas e/ou resgatadas nos próprios conhecimentos desse povo, ou seja, nas suas formas tradicionais de manejo. Brasil (2000) ao realizar um estudo sobre o manejo de recursos naturais praticado pelos Tikuna conclui que a referida etnia tradicionalmente desenvolvia um eficiente manejo dos

recursos, enfatizando a importância desses conhecimentos ao se pensar o desenvolvimento da região Amazônica, posto que:

> *A reduzida seletividade e a execução de várias praticas de manejo com baixo impacto ambiental são conhecimentos importantes para o estabelecimento de modelos conservacionistas de manejo dos recursos naturais da Amazônia, capazes de promover o desenvolvimento regional com justiça social e conservação ambiental* (BRASIL, 2000, p. 262).

Nesse sentido, a construção de modelos alternativos de subsistência deve, sobretudo, buscar reaver os conhecimentos tradicionais e redimensioná-los às peculiaridades atuais, pois somente assim será possível garantir aos Tikuna e, aos inúmeros outros povos inseridos no contexto Amazônico, viver com qualidade, ter um ambiente de qualidade e favorável à reprodução de seus valiosos bens culturais.

O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS DO POVO TIKUNA

Antes de se fazer uma contextualização sobre a demarcação das Terras do povo Tikuna, apresenta-se uma breve discussão sobre a situação das Terras Indígenas, de modo geral. De acordo com dados do Instituto Socioambiental, as Terras Indígenas ocupam uma extensão total de 104.679.108 hectares, ou seja, 8.511.965 Km, que representam 12,24% das terras do Brasil, totalizando 582 Terras Indígenas. Grande parte destas terras concentra-se na Amazônia Legal: são 376 áreas, 103.380.730 hectares de extensão, representando 98,74% do total das Terras Indígenas

do país, os 1,2% restantes estendem-se ao longo do território nacional. Ainda segundo o Instituto, essas terras se encontram em graus variados de reconhecimento pelo Estado, além de uma boa parte delas ser alvo de algum tipo de invasão de agentes sociais com os quais os povos indígenas têm se deparado. A tabela abaixo mostra o cômputo da situação das Terras Indígenas no Brasil:

TABELA 1: Situação das Terras Indígenas no Brasil.

Situação Jurídica	Quantidade	% da quantidade de Terras	Extensão (há)	% da extensão das Terras
A identificar	45		189.750	
Em identificação (14 em revisão)	61		2.563.100	
Com restrição de uso a não-índios	07		284.004	
Total	**141**	**24,2%**	**3.504.310**	**3,3%**
Identificadas / aprovadas / FUNAI Sujeitas a contestações	16	2,8%	3.722.769	3,6%
Declaradas	67	11,5%	12.326.943	11,8%
Reservadas	13		71.357	
Homologadas	87		26.804.544	
Registradas no CRI e ou SPU	258		58.249.185	
Total	358	61,5%	85.125.086	81,3%
Total no Brasil	**582**	**100,0%**	**104.679.108**	**100,0%**

FONTE: Instituto Socioambiental, 2004.

A análise da situação das Terras Indígenas permite constatar que um longo caminho precisa ser percorrido para concretizar o desejo dos povos indígenas de terem todas as suas terras reconhecidas como suas – de direito e de fato. Apesar de toda luta, como se observa na Tabela acima, as Terras Indígenas ainda não estão completamente regularizadas, mesmo tendo o preceito constitucional estipulado que até 1993

todas elas estariam regularizadas, o que infelizmente não se cumpriu, tendo se passado mais de dez anos.

Os fatores responsáveis pela morosidade no processo de reconhecimento das Terras Indígenas são diversos e de extrema complexidade, pois são permeados de conflitos políticos e sociais, oriundos dos interesses de agentes sociais (mineradores, madeireiros, pecuaristas e outros), que divergem das formas econômicas e sociais dos povos indígenas.

A discussão em torno da demarcação das Terras Indígenas também é permeada de concepções equivocadas e mal intencionadas sobre os povos indígenas com o propósito de desqualificá-los. Um dos argumentos muito utilizado com esse intuito é o de que a regulamentação das Terras reduz a quantidade de terras disponíveis para a agricultura e outras atividades econômicas, resultando em escassez de terras para os trabalhadores rurais não-indígenas. Este argumento é reforçado pelo discurso de que as Terras Indígenas são improdutivas, "que há muita terra para pouco índio". É valido destacar que a maioria desses discursos são divulgados propositalmente, de modo particular, por aqueles que vêem seus interesses econômicos ameaçados diante da regulamentação das Terras Indígenas, por isso, utilizam-se de perversos meios com a intenção de impedir ou protelar a demarcação das Terras. Assim, no processo de luta pela demarcação de suas terras, as Organizações indígenas precisam ainda lidar com esse tipo de situação, esforçando-se para desconstruir esses falsos discursos.

O final da década de 70 tem peculiar relevância para os povos indígenas, pois foi nesse período que a questão indígena passou a ser tema de destaque no âmbito da sociedade civil, e também o momento em que iniciam os primeiros movimentos para organização própria, em busca da defesa de seus interesses e direitos. Através dessa organização, os indígenas

se articularam e realizaram inúmeros debates e discussões visando assegurar a demarcação das Terras e promover modificações na política indigenista e no seu caráter intregracionista e reducionista, e, assim, consolidar uma nova proposta pautada no respeito à diversidade cultural e às formas próprias de cada povo indígena relacionar-se com o seu meio ambiente.

Essa articulação política foi, sem dúvida, responsável pelas modificações na maneira de ver e tratar as sociedades indígenas. A nova proposta inserida na Constituição Federal de 1988, no que tange a questão indígena, foi fruto de um processo fortemente marcado pela mobilização dos povos indígenas em favor de seus direitos. Um dos aspectos mais marcantes dessa Constituição é o fato de permitir que os índios, suas comunidades e Organizações, como qualquer pessoa física ou jurídica no Brasil, tenham legitimidade para ingressar em juízo na defesa de seus direitos e interesses. Como bem enfatiza Souza Filho (2002), as atuais organizações e movimentos reivindicatórios indígenas têm uma diferença muito grande com os anteriores a 1988, pois a partir desse período os "sonhos" que tinham em ver suas Terras reconhecidas como suas "*entraram no Direito, e passaram a fazer parte do que os juristas chamam de catálogo dos direitos fundamentais*" podendo, então, a ser reivindicados não mais como "*esperança política, mas concretização jurídica, que sem deixar as ruas ganham os átrios dos Tribunais, e devem ser reconhecidos pela Administração Pública, mas quando não o são, podem ser garantidos em decisões judiciais*" (2002, p. 21).

De acordo com Araújo (2004), a Constituição de 1988 trouxe várias inovações no tratamento da questão indígena, indicando novos parâmetros para a relação do Estado e da Sociedade Civil para com os indígenas. Na análise do autor, da implantação da Constituição até o momento atual "*houve um*

avanço significativo na proteção e reconhecimento dos direitos dos povos indígenas no país, fazendo dela uma espécie de marco divisor para a avaliação da situação dos índios no Brasil nos dias de hoje" (2004, p. 31).

No que concerne, particularmente, aos direitos dos índios sobre as terras que ocupam tradicionalmente, a Constituição de 1988 reconheceu que estas são de natureza originária, ou seja, são anteriores à formação do próprio Estado, existindo independentemente de qualquer reconhecimento oficial. No parágrafo 1.º do artigo 231/ CF 1988, as terras indígenas são assim definidas:

> *São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.*

Verifica-se que uma série de elementos define uma terra como indígena. No entanto, para demarcar as Terras Indígenas no Brasil, o Estado utiliza-se de um procedimento administrativo, que é regulado pelos dispositivos do Decreto do Poder Executivo n.º 1.775, de 08/01/1996, o qual se subdivide nas seguintes etapas: *Identificação, Contraditório, Declaração dos limites, Demarcação física, Homologação e Registro.* O procedimento administrativo de reconhecimento oficial das Terras Indígenas está sob orientação da Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF/FUNAI), que por meio da Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID/FUNAI), executa a identificação e delimitação de Terras através da criação de Grupos de Técnicos.

É preciso destacar que a demarcação administrativa é a primeira medida, visando à proteção e/ou a reintegração das Terras Indígenas, outras ações são necessárias para garantir a integridade destas, uma vez que, geralmente, se encontram a mercê de situações de exploração econômica indevida.

É imprescindível que, depois de demarcadas e garantidas as terras aos seus respectivos grupos étnicos, seja assegurado aos mesmos um processo próprio de desenvolvimento adequado às suas realidades e aos seus anseios. Cabe destacar que o Estado tem como dever viabilizar esse processo de desenvolvimento, sendo este um dos grandes desafios postos aos órgãos como a FUNAI. A esse respeito, Araújo (2004) sugere que seria oportuno que os trabalhos realizados pelos Grupos de Estudo durante o processo de demarcação das terras fossem aproveitados pelos órgãos públicos, pois "*propiciaria um roteiro de ações consistentes e provavelmente mais efetivas no desempenho das atribuições institucionais, o que, na maioria das vezes, tem sido feito sem nenhum tipo de planejamento ou auxílio de informações qualificadas e sistematizadas, tornando as intervenções que realizam incapazes de alterar o quadro crônico de ameaças que pairam sobre o meio ambiente das Terras Indígenas ou a situação econômica desses povos*" (2004, p. 33-34).

Vale ainda ressaltar que para a FUNAI (enquanto entidade representativa do governo nacional) viabilizar um projeto de desenvolvimento voltado aos distintos grupos étnicos e suas especificidades, é necessário que a mesma passe por uma reestruturação, pois, somente assim, as diferentes realidades poderão ser contempladas com distintas formas de planejamento e projetos. Isto significa dizer que, faz-se necessário, a substituição do velho modelo indigenista, marcado pelo paternalismo e clientelismo, que ao longo dos anos tratou os indígenas como uma realidade genérica e em

vias de desaparecimento, por um modelo que reconheça e respeite a diversidade cultural e os ricos conhecimentos que detêm, e que também os veja como sujeitos com voz própria e com capacidade para decidir sobre o que melhor condiz com a sua realidade e com as suas necessidades.

A ORGANIZAÇÃO DOS TIKUNA NA LUTA PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS

A mobilização dos Tikuna para reivindicar os seus direitos à terra tem início no final de 1981, quando suas principais lideranças convocaram uma reunião na aldeia Campo Alegre, onde foi discutida a proposta de demarcação das terras e, também, nomeada uma comissão para ir a Brasília apresentar ao Presidente a proposta ali debatida. Como resultado dessas ações, a FUNAI enviou, em 1982, um Grupo de Trabalho para identificar as Terras Indígenas nos Municípios de Fonte Boa, Japurá, Maraã, Jutaí, Juruá, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença.

É necessário frisar que dessa mobilização dos Tikuna em torno de suas Terras nasce o Conselho Geral da Tribo Tikuna – CGTT, que teve papel fundamental no processo de demarcação das terras. A referida Organização foi instituída oficialmente em 1982, com a participação dos caciques das aldeias, liderados por Nino Fernandes, Pedro Inácio, Alírio Mendes, Paulo Mendes e Pedro Mendes que conduziram as reivindicações de seu povo pelo reconhecimento dos direitos étnicos, participando ativamente nas longas e difíceis negociações com o Estado Brasileiro e com a população regional, em busca do reconhecimento oficial das terras ocupadas por eles no Alto Solimões.

A atuação dos Tikuna através da CGTT mostrou-se singular, pois atingiram um grau de organização que os permitiu vencer os obstáculos que surgiram durante a luta pelas suas terras, um bom exemplo, foi a captação de recursos junto ao governo da Áustria, que financiou os trabalhos de demarcação, uma vez que a FUNAI não dispunha de recursos.

A urgência dos Tikuna em demarcar suas terras se deu em virtude das constantes ameaças de invasão e exploração predatória dos recursos naturais. De acordo com os representantes do Conselho Geral da Tribo Tikuna – CGTT, a demarcação se fez necessária para garantir a tranqüilidade e a segurança do povo Tikuna, e, também, para assegurar aos seus filhos e netos uma vivência digna dentro de suas terras e lugares sagrados.

Cabe destacar que as ameaças aos territórios Tikuna começam a partir da colonização, quando passaram a vivenciar situações e relações econômicas distintas das suas. Com o passar dos tempos, intensificam-se e diversificam-se essas relações. Durante o período áureo da borracha, por exemplo, houve uma intensa ocupação nas áreas do Vale Amazônico. Nesse momento, comerciantes e extratores se estabeleceram nas Terras Indígenas, abrindo grandes seringais, mobilizando a mão-de-obra indígena para viabilizar a produção. Nesse cenário, os Tikuna foram um dos grupos étnicos altamente explorados pelos "donos dos seringais". Essa situação de exploração das terras e da força de trabalho começou a modificar-se a partir de 1942, quando o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) iniciou a sua atuação na região. A presença das Missões Católica e Batista, na década de 1960, tiveram também uma função significativa, na quebra do sistema de exploração instalado pelos "patrões" – donos dos seringais –, apesar de, por outro lado, terem permitido a penetração de comerciantes nas aldeias.

A partir de 1975, o desenvolvimento sócioeconômico observado na região do Alto Solimões foi responsável por inúmeras modificações na realidade Tikuna, pois o mesmo traduziu-se, mais diretamente, em ameaças, uma vez que o território indígena se tornou cada vez mais objeto de cobiça por novas frentes de penetração como os madeireiros a procura de matéria-prima; os pecuaristas responsáveis pela abertura e ampliação de grandes campos, atingindo roças e áreas de subsistência; e as grandes empresas de pesca incentivadoras da invasão e exploração predatória das áreas de pesca para a comercialização do produto transportado e conservado em frigorificos – tanto para consumo regional como para a exportação do peixe para a Colômbia e Peru. Nesse período, os lagos e igarapés tornaram-se um dos principais alvos da ação depredatória de pescadores que, constantemente, os invadiam, utilizando-se de equipamentos que provocavam grandes impactos, sendo que a forte pressão sobre o pescado diminuía, a cada ano, as reservas de peixes, pondo em risco a subsistência dos Tikuna.

Todos esses fatores representavam (e representam) ameaça à integridade da cultura dos Tikuna, pois madeireiros, agricultores e pecuaristas dos Municipios de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Amaturá e Santo Antônio do Içá possuem interesses divergentes dos seus, fato este que sempre tendeu ao desencadeamento de relações conflitantes, agressivas e arbitrárias, particularmente, desses agentes sociais, ora citados, em relação aos Tikuna.

Conforme já foi mencionado, a organização sociopolítica dos Tikuna manifestou-se fortemente a partir da década de 80, com a primeira Assembléia de lideranças Tikuna, na qual definiram as estratégias de luta e as reivindicações que seriam encaminhadas ao governo. Deste modo, a mobilização dos Tikuna não se deu somente no sentido de impedir que seus

territórios fossem destruídos pela ação dos invasores, mas, sobretudo, para pressionar as autoridades competentes para que dessem início ao processo de demarcação de suas terras. Em síntese, através dessa mobilização puderam participar de perto todo o processo que culminou com a homologação e registro da maioria de suas terras.

Em 1982, foi constituído o primeiro Grupo de Trabalho Tikuna (GT Tikuna) que fez o levantamento completo da situação das terras. Baseados nesse levantamento, foram baixadas, pela FUNAI, portarias de delimitação, contudo, sem ter qualquer valor legal, pois não possuíam a assinatura necessária de homologação. Também durante esse trabalho, foram colocadas placas de interdição em diversos pontos da área indígena Tikuna, que, embora elas não possuíssem nenhum valor jurídico, provocaram o descontentamento da população regional, acirrando ainda mais os conflitos existentes.

Em 1983, com o surgimento do Decreto-Lei n.º 88.118, que modificou consideravelmente o processo administrativo de demarcação, o poder decisório passou para o Grupo Interministerial, que realizou o levantamento fundiário das áreas Tikuna, para satisfazer as novas exigências estabelecidas. Deste segundo grupo, participaram a FUNAI, o INCRA e o ITERAM que tentaram conciliar questões relativas aos interesses dos indígenas e dos regionais.

Em setembro de 1984, aconteceu o primeiro Grupo de Estudo Tikuna (GE Tikuna), composto tanto de funcionários da FUNAI, como de pesquisadores e membros da Pastoral Indigenista da Prelazia do Alto Solimões. Este novo grupo, além de realizar uma análise acurada de toda a situação, também foi responsável pelo encaminhamento de propostas concretas da posse das Terras, pois condizentes com a realidade regional e o direito histórico dos Tikuna à sua terra.

Como resultado das discussões entre os membros do referido Grupo de Estudo, foram aprovadas as identificações de 07 áreas: Évare (incluindo um território não contínuo na margem direita do Solimões, abrangendo de um lado Feijoal, de outro o conjunto de lagos e igarapés que vão do Assacaio até o Paraná do Ribeiro, e pelo centro até o Camatiã), São Leopoldo, Betânia, Auati-Paraná, Estrela da Paz, Macarrão e Santo Antônio (englobando ainda terras em torno do Bom Intento).

Em 1985, um funcionário do Ministério de Desenvolvimento e Reforma Agrária percorreu a área Tikuna, a fim de complementar os levantamentos feitos anteriormente e confirmar mais algumas informações. Após esses procedimentos, foram estabelecidos critérios prioritários para a política de demarcação. Nesse processo, viu-se a necessidade de considerar o significado de cada área em termos de sobrevivência étnica do povo Tikuna. Baseados nesses critérios, as áreas consideradas de importância fundamental, cuja demarcação não acarretaria maiores problemas, foram apresentadas e aprovadas pelo Grupo de Estudo Tikuna (GE Tikuna).

O referido Grupo de Estudo recomendou, ainda, à FUNAI a criação de uma Coordenadoria Especial para a área Tikuna, centralizando assim todas as ações e decisões do órgão quanto àquele grupo indígena, para proceder a um levantamento cuidadoso das reais necessidades, assim como em relação à questão da educação e da saúde, elaborando um programa de ação sistemática em conformidade com as lideranças Tikuna.

Durante a articulação das Organizações e Comissões que estavam diretamente envolvidas na luta pela demarcação das terras Tikuna, foram apresentados aspectos fundamentais para a compreensão da importância da demarcação dessas terras. Destaca-se aqui algumas observações importantes que foram extraídas do Relatório

Tikuna (Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, p. 54-55, 1988).

> *– o povo Ticuna vive imemorialmente no seu território tradicional reconhecido até hoje como sendo lugar de origem de todos os Ticuna, lugar denominado por eles de "Evare". A esta área estão relacionadas as histórias dos antigos e fundamentada a sua cultura milenar que perpetuam até hoje, apesar mesmo das transformações trazidas no contato com a sociedade nacional;*
>
> *– o povo Ticuna procura, através de sua organização, conseguir aquilo que lhe é dado como direito pela Constituição Federal, ou seja, a posse permanente e o usufruto de suas terras;*
>
> *– os Ticuna são conscientes e reconhecem as necessidades da população ribeirinha, pobre e marginalizada até mais do que eles em certas situações, pois menos organizadas. Não pretendem trazer-lhes prejuízos e nunca impediram que pescassem em lagos localizados nas áreas indígenas para suprir as suas necessidades de subsistência. Não podem aceitar a falta de respeito pelos patrões e invasores com intenções meramente econômicas (...);*
>
> *– o povo Ticuna é a maior população indígena do país, e as suas necessidades territoriais são baseadas na sua forma de ocupar o seu território,*

suprindo a sua subsistência através da agricultura e da pesca.

A análise da realidade permite constatar que os povos indígenas lutaram pelo que sempre lhes pertenceu. A extensão de suas terras é condizente com a forma de manejo que realizam milenarmente e que tem sido responsável pela preservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Imagens de satélite demonstram que na Amazônia, hoje, as áreas de florestas mais preservadas estão dentro de Terras Indígenas (ARAÚJO, 2004, p. 36). Segundo as análises de Barretto Filho (2004), as Terras Indígenas possuem grande potencial para a conservação dos recursos naturais e suas populações têm um importante papel na manutenção da biodiversidade brasileira, por isso "*qualquer estratégia eficiente de conservar e usar de forma sustentável a biodiversidade do país deve considerar o modelo adotado pelos povos indígenas*", pois desconsiderá-lo seria uma perversidade contra nós mesmos.

A SITUAÇÃO DAS TERRAS TIKUNA NO CONTEXTO ATUAL

A mobilização dos Tikuna em torno da legalização de suas terras foi extremamente favorável, pois, apesar dessa luta ainda não ter sido finalizada, os ganhos obtidos até o presente momento são significativos. A tabela abaixo, a qual apresenta informações extraídas do banco de dados do Instituto Socioambiental, revelam um quadro geral da situação das Terras Tikuna.

TABELA 2: Situação das Terras Tikuna

Nome	Povo	Situação Jurídica	Município	Área (há)	Censo	Fonte/Data
Betânia	Ticuna	Homologada. Decreto s/n de 03/07/95 homologada a demarcação. (DOU, 04/07/95)	Santo Antônio do Içá Tonantins Amaturá Jutaí	122.769	3.029	Funasa, 2004
Boca do Cano do Correio	Ticuna	Em Identificação. Port. Funai n.º 130 de 28/02/03 cria GT para estudos e identificação da TI. (DOU, 07/03/03)	Santo Antônio do Içá			
Bom Intento	Ticuna	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto de 05/01/96 homologa a demarcação administrativa. (DOU, 08/01/96)	Benjamin Constant	1.693	126	Funasa, 2004
Cajuhiri Atravessado	Miranha Kambeba Ticuna	Identifica. Aprovada / Funai Despacho da Funai n.º 98 de 22/10/01 aprova o estudo de identificação da TI. (DOU, 23/10/01)	Coari	12.500	49	GT/Funai, 2000
Espírito Santo	Ticuna	Declarada. Port. MJ n.º 560 de 07/10/99 declara de posse permanente indígena. (DOU, 08/10/99)	Jutaí	35.000	121	Parecer/ Funai, 1997
Estrela da Paz	Ticuna	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/07/95 homologa a demarcação administrativa. (DOU, 04/07/9)	Jutaí	12.876	383	Lid. Indígenas, 1998
Évare I	Ticuna Kokama	Homologada. Reg. CRI. Decreto s/n de 05/01/96 homologa a demarcação. (DOU, 08/01/96)	São Paulo de Olivença Tabatinga Santo Antonio do Içá	548.177	13.023	Funai, 1995
Évare II	Ticuna	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/96 homologa a demarcação. (DOU, 08/01/96)	São Paulo de Olivença	176.205	2.200	Funai, 1995
Ilha do Camaleão	Ticuna	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/07/95 homologa a demarcação. (DOU, 04/07/95)	Anamã	236	120	Funai, 1987
Lago Beruri	Ticuna	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/07/95 homologa a demarcação. (DOU, 04/07/95)	Beruri	4.080	120	Funai, 1994
Lauro Sodré	Ticuna	Homologada. Decreto s/n de 27/10/04 homologada a demarcação. (DOU, 28/10/04)	Benjamin Constant	9.478	395	GT/Funai, 2000

Nome	Povo	Situação Jurídica	Município	Área (há)	Censo	Fonte/Data
Macarrão	Ticuna	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 27/10/04 homologa a demarcação. (DOU, 30/10/91)	Jutaí	44.267	404	Lid. Indígena, 1998
Maraitá	Ticuna	Declarada.Port. n.º 892 de 25/03/04 declara de posse permanente indígena. (DOU, 26/03/04)	Amaturá	54.000	141	GT/Funai, 1998
Matintin	Ticuna	Identificada. Aprovada/ Funai. Despacho da Funai aprova os estudos de identificação da TI. (DOU, 07/10/03)	Santo Antônio do Içá Tonantins	20.400	146	GT/Funai, 1998
Nova Esperança do Rio Jandiatuba	Ticuna	Homologada. Decreto s/n de 27/10/04 homologada a demarcação. (DOU, 28/10/04)	São Paulo de Olivença	20.003	180	GT/Funai, 1998
Porto Limoeiro	Ticuna	Em Identificação. Port. da Funai n.º 130 cria GT para estudos e identificação da TI. (DOU, 07/03/03)	Santo Antônio do Içá			
Porto Praia	Ticuna	Homologada. Decreto s/n de 19/04/04 homologada a demarcação. (DOU, 20/04/04)	Uarini	4.769	118	GT/Funai, 1999
Riozinho	Ticuna Kulina	Em Identificação. Port. da Funai n.º 1257 de 05/12/02 cria GT para primeiros estudos e levantamentos de identificação. (DOU, 11/12/02)	Jutaí			
São Francisco do Canimari	Ticuna	Declarada. Port. MJ n.º 3.006 de 30/12/02 declara de posse permanente indígena . (DOU, 31/12/02)	Amaturá	3.033	80	GT/Funai, 1999

Nome	Povo	Situação Jurídica	Município	Área (há)	Censo	Fonte/Data
São José	Ticuna	Em Identificação. Port. Funai para identificação da área.	Manacapuru			
São Leopoldo	Ticuna	Homologada. Reg. CRI Decreto s/n de 12/08/93 homologa a demarcação. (DOU, 13/08/93)	Benjamin Constant São Paulo de Olivença	69.270	400	Funai, 1987
Tikuna de Santo Antonio	Ticuna	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto n.º 311 de 29/10/91 homologa a demarcação. (DOU, 30/10/91)	Benjamin Constant	1.065	1.095	Funai, 1987
Tikuna Feijoal	Ticuna	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/96 homologa a demarcação. (DOU, 08/01/96)	São Paulo de Olivença Benjamin Constant	40.948	1.320	Funai, 1987
Tikuna Porto Espiritual	Ticuna	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 05/01/96 homologa a demarcação. (DOU, 08/01/96)	Benjamin Constant	2.839	160	Funai, 1987
Tupã-Supé	Ticuna	Homologada. Decreto s/n de 19/04/04 homologa a demarcação. (DOU, 20/04/04)	Alvarães Uarini	8.589	42	GT/Funai, 1999
Uati-Paraná	Ticuna	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto n.º 284 de 29/10/91 homologa a demarcação. (DOU, 30/10/91)	Fonte Boa Japurá Tonantins	127.199	330	Funai, 1987
Vui-Uata-In	Ticuna	Homologada. Reg. CRI e SPU. Decreto s/n de 03/07/95 homologa a demarcação. (DOU, 04/07/95)	Amaturá	121.198	1.900	Funai, 1991

FONTE: Instituto Socioambiental, 2004.

Pelos dados contidos na tabela acima, verifica-se que a situação das terras Tikuna é uma das mais favoráveis, se comparada as de outros povos indígenas, faltando demarcar apenas poucas áreas. Apesar disso a luta pela conclusão da regularização de suas terras continua até hoje, com os líderes Tikuna articulando documentos para a Presidência da República, para serem demarcadas todas as suas terras indígenas. Posto que, acreditam que a regularização completa de suas terras e, a implantação de projetos sustentáveis, lhes permitirá melhores condições para viver e manter sua cultura.

Para ilustrar as informações sobre as Terras Tikuna, apresenta-se, em anexo, mapas referentes àquelas áreas que já estão totalmente concluídos os processos de reconhecimento legal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fabio Vaz de. *Desenvolvimento Sustentado entre os Ticuna: as escolhas e os rumos de um projeto.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRJ, 1996.

ARAÚJO, Ana Valéria. *Terras Indígenas no Brasil: retrospectiva, avanços e desafios do processo de reconhecimento.* In: Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. *Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil.* In: Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

BRASIL, Freire Deusimar. *Manejo de Recursos Naturais Praticado pelos Ticuna na Região do Alto rio Solimões*. In: Os Ticuna Hoje. Amazônia em Cadernos, n.° 5. Manaus: Editora da Universidade do AMAZONAS, 2000.

CRUZ, Jocilene Gomes; CALDERARO, Kátia Cilene; BENTES, Dorineth. *Relatório de Viagem*. Centro Cultural dos Povos da Amazônia – CCPA. Manaus, 2005.

ERTHAL, Regina Maria de Carvalho. *O Suicídio Ticuna na Região do Alto Solimões*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ/MS, 1998.

ESTATUTO DO MAGÜTA: Centro de Documentação e Pesquisas do Alto Solimões. Art. 2.° Benjamin Constant, 13 de maio de 1986.

FAULHABER, Priscila. *Nos varadouros das representações: Redes etnográficas na Amazônia do Inicio do século XX*. São Paulo, Revista de Antropologia, 1997.

FERNANDES, Nino. *A história do povo Tikuna*. Entrevista concedida à equipe do Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA). Pesquisa de campo no Município de Benjamin Constant em 24/07/05.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Turü Nguepataü: uma escola Ticuna*. A Crítica. Manaus, 26 de Março,1995.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *O que é Terra Indígena*. Disponível em: www.funai.gov.br/ índios/ terras/conteúdo. Consultado em: 12/09/05.

GARCÉS, Claudia Leonor López. *Ticunas brasileros, colombianos y peruanos: Etnicidad y nacionalidad em la región de fronteras del alto Amazonas / Solimões*. Tesis de doutorado apresentada al Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Ltina e o Caribe – CEPPAC de la Universidade de Brasília. Brasília, 2000.

GRUBER, Jussara Gomes. *A Educação e a Arte Ticuna.* In: Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

_____. *Arte e Tecnologia dos índios Tükuna.* Rio de Janeiro: Museu Nacional – UFRJ – Setor de Etnografia e Etnologia, 1981.

_____. (Cood.). *NGI'Ã TANAÜTCHICÜNAAGÜ: Um Manual da Escrita.* Benjamin Constant: Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões (Magüta): Brasília: Ministério da Educação, 1992.

LIMA, Deborah & POZZOBON, Jorge. *Amazônia Socioambiental: Sustentabilidade Ecológica e Diversidade Social.* XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: Conflitos Socioambientais e Unidade de Conservação. Brasília, 2000.

LOPES, Claudia. *Quem são os Ticuna?.* In: MAGÜTA ARÜ INÜ. Jogos de Memória – Pensamento Magüta. CD – ROM. Museu Emílio Goeldi/ CNPQ, 2003.

MACEDO, Guilherme Martins de. *A Conversão Cristã e a Identidade Ticuna: a trajetória de Campo Alegre.* In: Os Ticuna Hoje. Amazônia em Cadernos, n.° 5, Manaus: Editora da Universidade do AMAZONAS, 2000.

MELIÁ, Bartolomeu. *Identidade Étnica e Educação Escolar. IV Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas.* 13.° COLE – Congresso de Leitura. Campinas, UNICAMP, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?.* Programa Parâmetros em Ação – Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

NARRADORES TICUNA. Torü Duü'ügü. Nosso Povo. Museu Nacional/UFRJ/SEC/MEC SEPS/FUNDE, 1985.

NIMUENDAJU, Curt. *Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas/Curt Nimuendajú.* introdução: Carlos Araújo Moreira Neto; prefácio e coordenação: Paulo Suess. São Paulo Ed. Loyola, 1982.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de Oliveira. *Povos Indígenas e Mudanças Sócioculturais na Amazônia.* Serie Antropológica. Brasília, 1972.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar.* São Paulo: Marco Zero, Brasília: MCT-CNPq, 1988.

_____. *Elementos para uma Sociologia dos Viajantes e O Projeto Tükuna: uma experiência de ação Indigenista.* In: Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/CEDI, 1986.

RELATÓRIO TICUNA. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1988.

RICARDO, Carlos Alberto (ed.). *Povos Indígenas no Brasil – 1996/2000.* São Paulo, Instituto Socioambiental, 2000.

SANTO CRUZ, membro do Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT). *Entrevista concedida à equipe do Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA).* Pesquisa de campo no Município de Benjamin Constant, em 25/07/05.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. *Educação Escolar Indígena: Desafios e Perspectivas.* II Seminário de Educação Escolar Indígena do Município de Manaus. Manaus, SEMED, 2005.

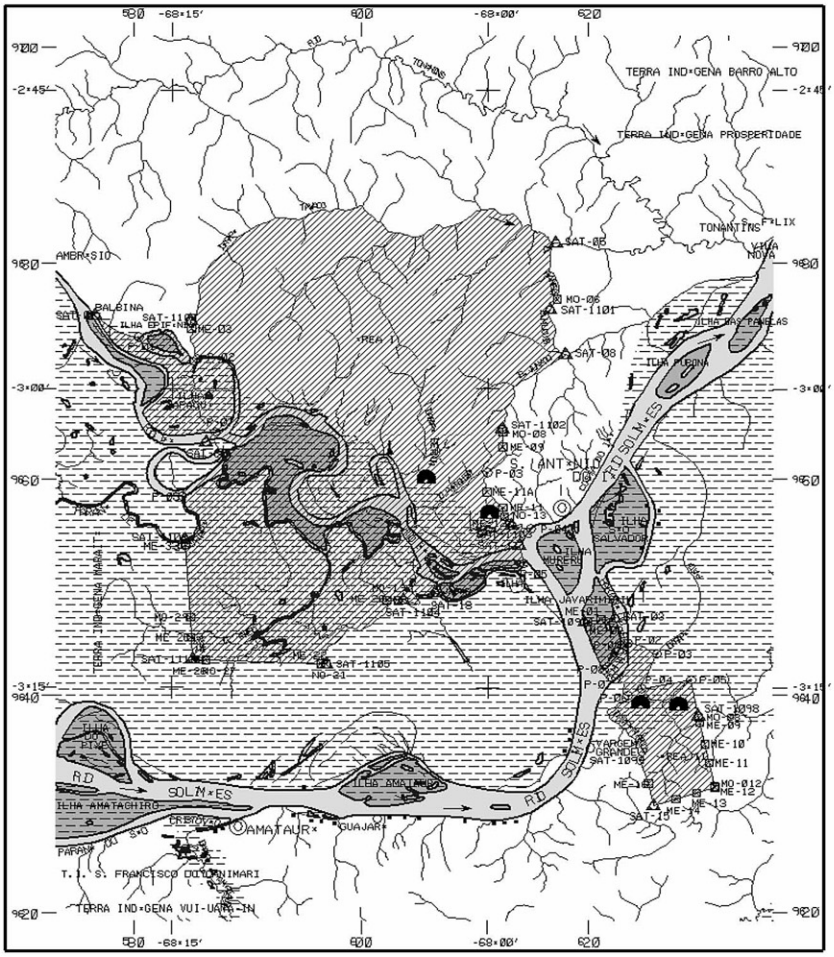
SILVA, Rosa Helena Dias da. *Escola Indígena, Identidade étnica e Autonomia.* II Seminário de Educação Escolar Indígena do Município de Manaus. Manaus, SEMED, 2005.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Maré de. *Multiculturalismo e Direitos Coletivos*. Disponível em: www.dhnet.br/cdrom/cd/2002. Consultado em: 14/09/05.

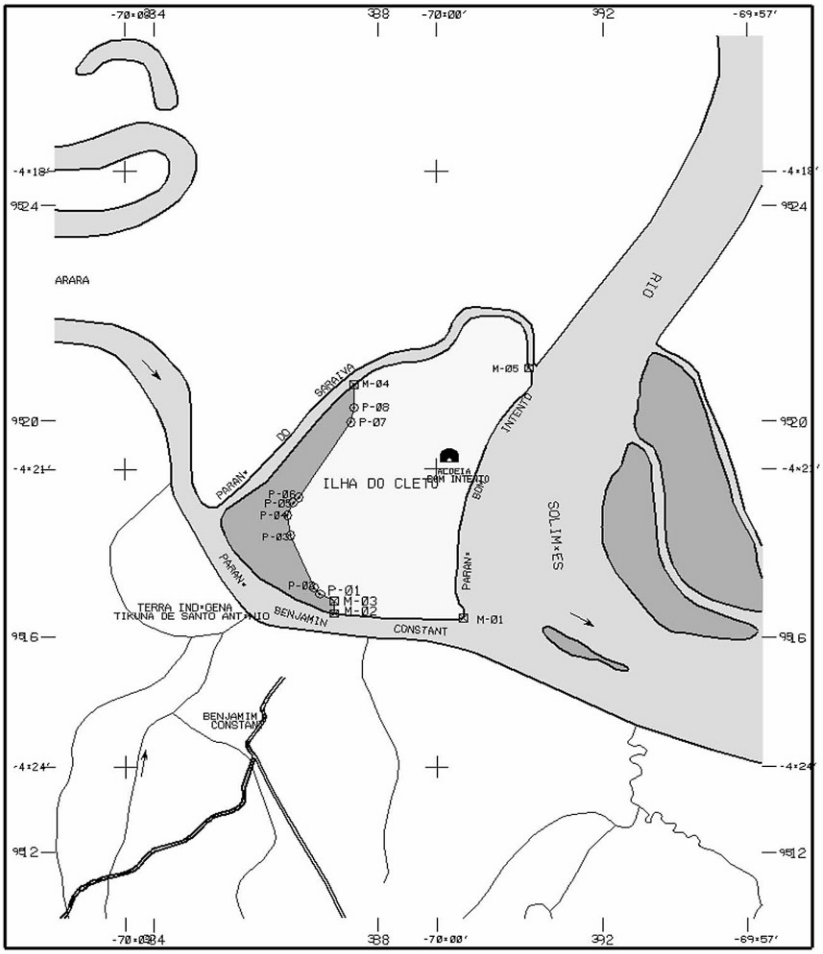
SPIX E MARTIUS. *Viagem pelo Brasil* (1817-1820), vol. III. São Paulo: Edições Melhoramento, 1938.

ANEXOS

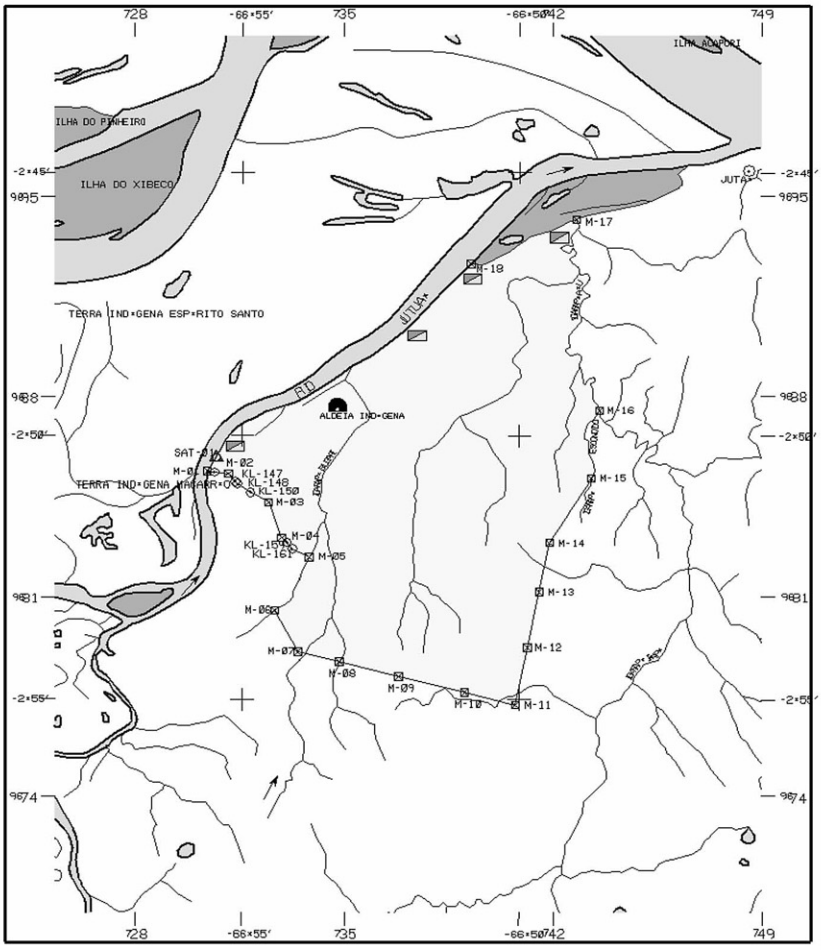
MAPAS DAS TERRAS INDÍGENAS TIKUNA



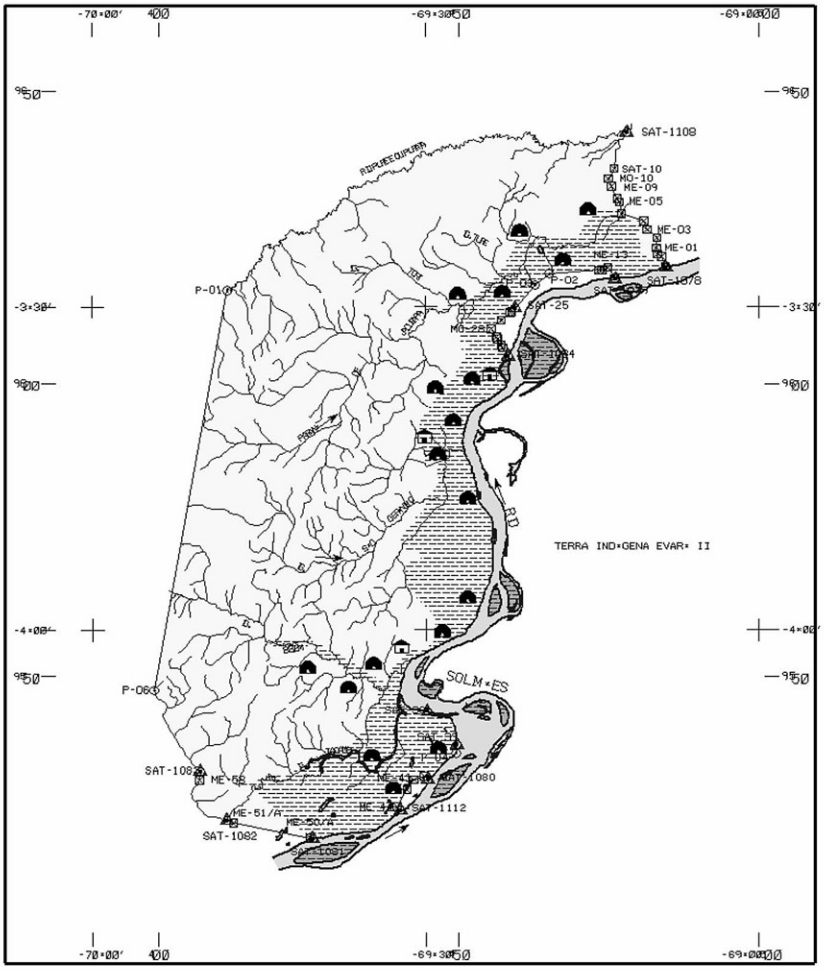
ANEXO I – Terra Indígena Betânia.
FONTE: FUNAI, 2005.



ANEXO II – Bom Intento.
FONTE: FUNAI, 2005.



ANEXO III – Estrela da Paz.
FONTE: FUNAI, 2005.



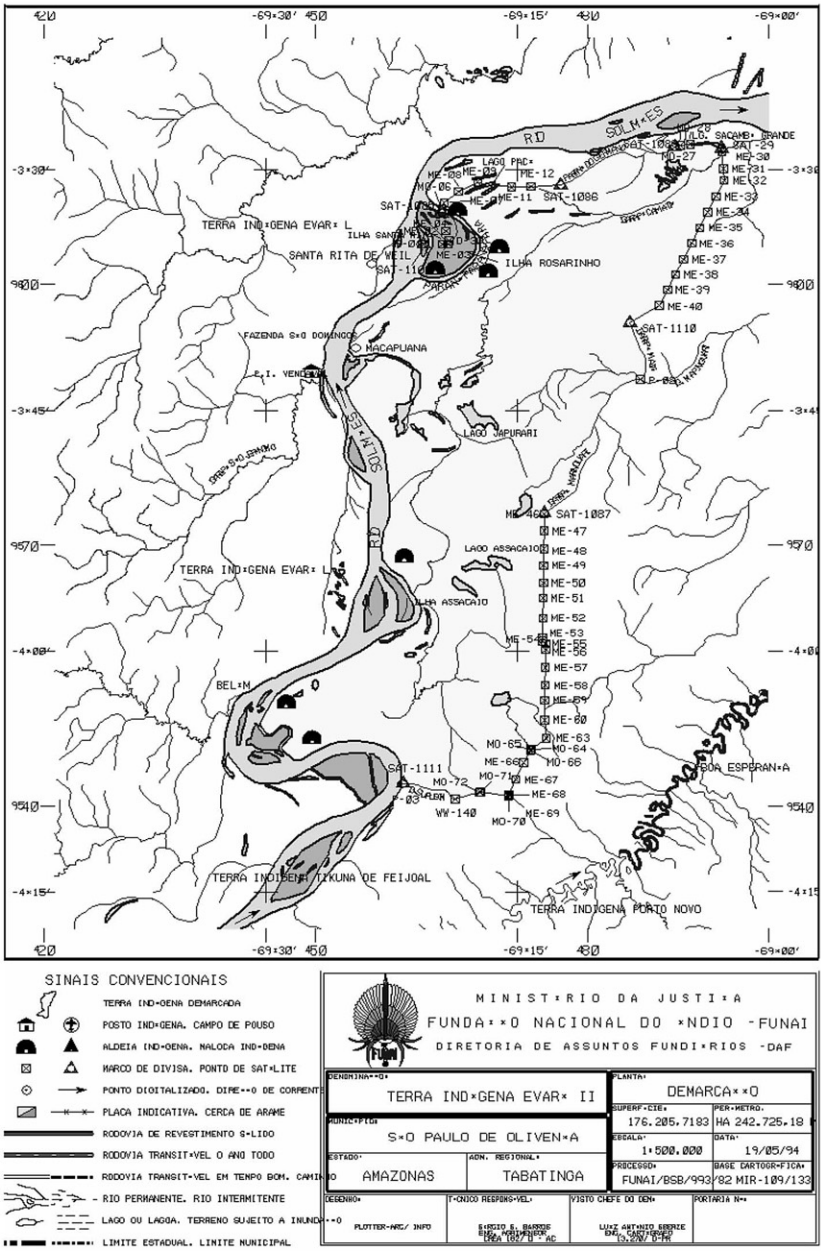
SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA IND*GENA DEMARCADA
- POSTO IND*GENA. CAMPO DE POUSO
- ALDEIA IND*GENA. MALOCA IND*GENA
- MARCO DE DIVISA. PONTO DE SAT*LITE
- PONTO DIGITALIZADO. DIRE**O DE CORRENTE
- PLACA INDICATIVA. CERCA DE ARAME
- RODOVIA DE REVESTIMENTO S*LIDO
- RODOVIA TRANSIT*VEL O ANO TODO
- RODOVIA TRANSIT*VEL EM TEMPO BOM. CAMINHO
- RIO PERMANENTE. RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA. TERRENO SUJEITO A INUNDA**O
- LIMITE ESTADUAL. LIMITE MUNICIPAL

MINIST*RIO DA JUSTI*A
FUNDA**O NACIONAL DO *NDIO -FUNAI
DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDI*RIOS - DAI

DENOMINA**O* TERRA IND*GENA EVAR* I		PLANTA DE* DEMARCA**O	
MUNICI*IO TABATINGA, S*O PAULO DE OLIVENÇA E SANTO ANT*NIO DO I**		SUPERF*CIE* 548.177,9555 HA	PER*METRO. 448.639,04
ESTADO* AMAZONAS	AER* TABATINGA	ESCALA* 1:750.000	DATA* 17/09/98
		PROCESSO* FUNAI/BSB/993/32	BASE CARTOGR*FICA* MIR-109/133
DESENHO* PLOTTER-HP 750	RESPONS*VEL T*CNICO* SERGIO B. BARROS ENGENHEIRO CARTOGRAFO CREA-RO 1587-D	VISTO CHEFE DO DED* MANOEL FRANCISCO COLHEO ENGENHEIRO CARTOGRAFO CREA-SP 041.067/D	VISTO* DIRETOR DA DAF JORGE ARA**JO FALEIROS ENGENHEIRO CARTOGRAFO CREA-SP 57.487/D

ANEXO IV – Évare I.
FONTE: FUNAI, 2005.



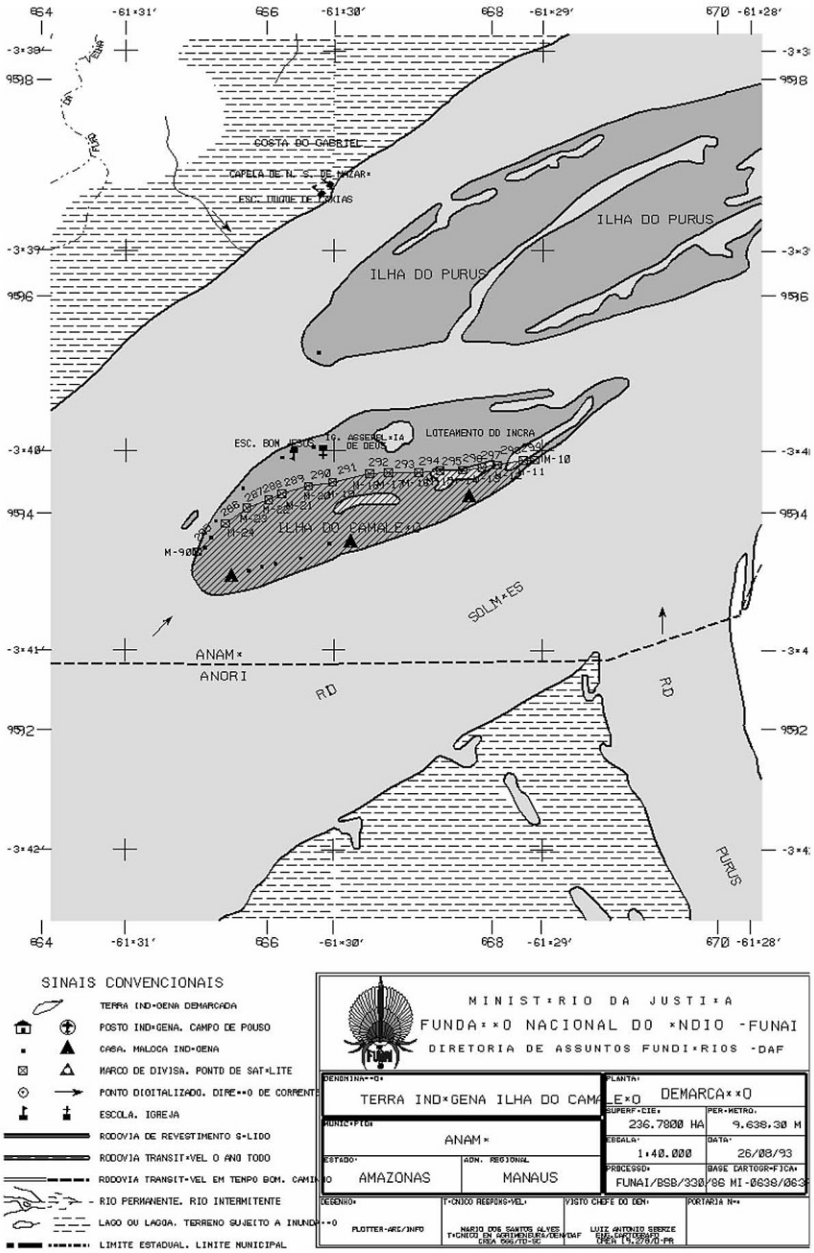
SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DEMARCADA
- POSTO INDÍGENA. CAMPO DE POUSO
- ALDEIA INDÍGENA. MALOCA INDÍGENA
- MARCO DE DIVISA. PONTO DE SATÉLITE
- PONTO DIGITALIZADO. DIREÇÃO DE CORRENTE
- PLACA INDICATIVA. CERCA DE ARAME
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SOLIDO
- RODOVIA TRANSITÁVEL O ANO TODO
- RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM. CAMINHO
- RIO PERMANENTE. RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA. TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- LIMITE ESTADUAL. LIMITE MUNICIPAL

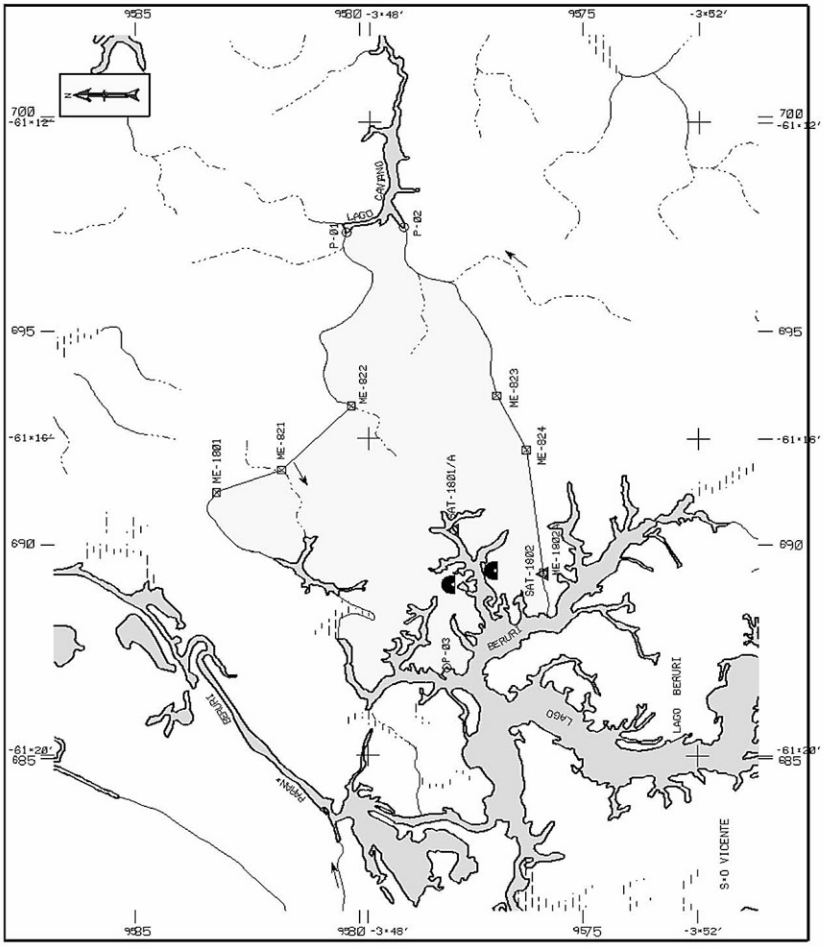
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA EVARÉ II	PLANTA: DEMARCAÇÃO
	SUPERFÍCIE: 176.205.7183 HA / PER.METRO: 242.725.18
MUNICÍPIO: SÃO PAULO DE OLIVENÇA	ESCALA: 1:500.000 / DATA: 19/05/94
ESTADO: AMAZONAS / ADM. REGIONAL: TABATINGA	PROCESSO: FUNAI/BSB/993/82 / BASE CARTOGRÁFICA: MIR-109/133
DESENHO: PLOTTER-ARC/ INFO	TÉCNICO RESPONSÁVEL: SÉRGIO E. BARROS END. MARTINHOR CREA 1027 D - AC
VISTO CHEFE DO DEN: LUIZ ANTONIO BERRIE END. CARTÓRIO CREA 2047 D-PR	PORTARIA Nº:

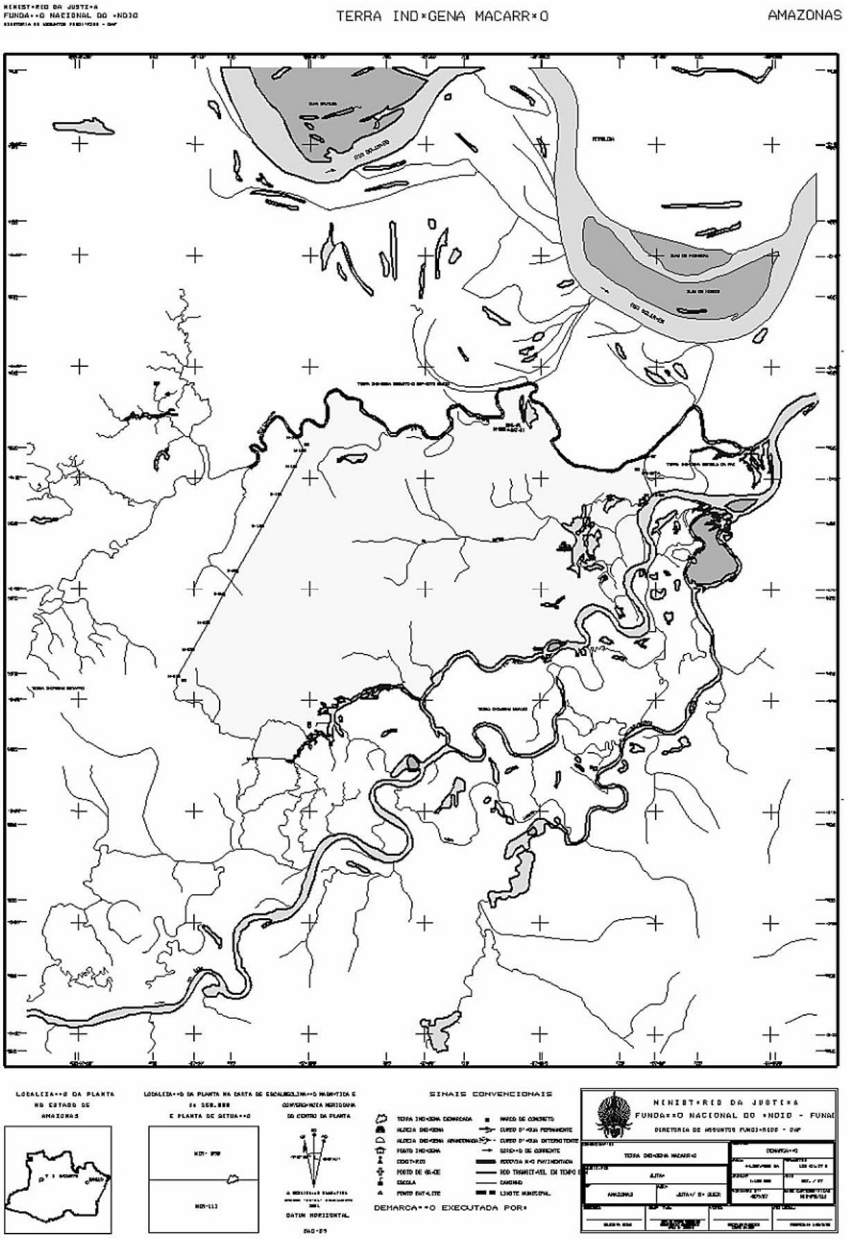
ANEXO V – Évare II.
FONTE: FUNAI, 2005.



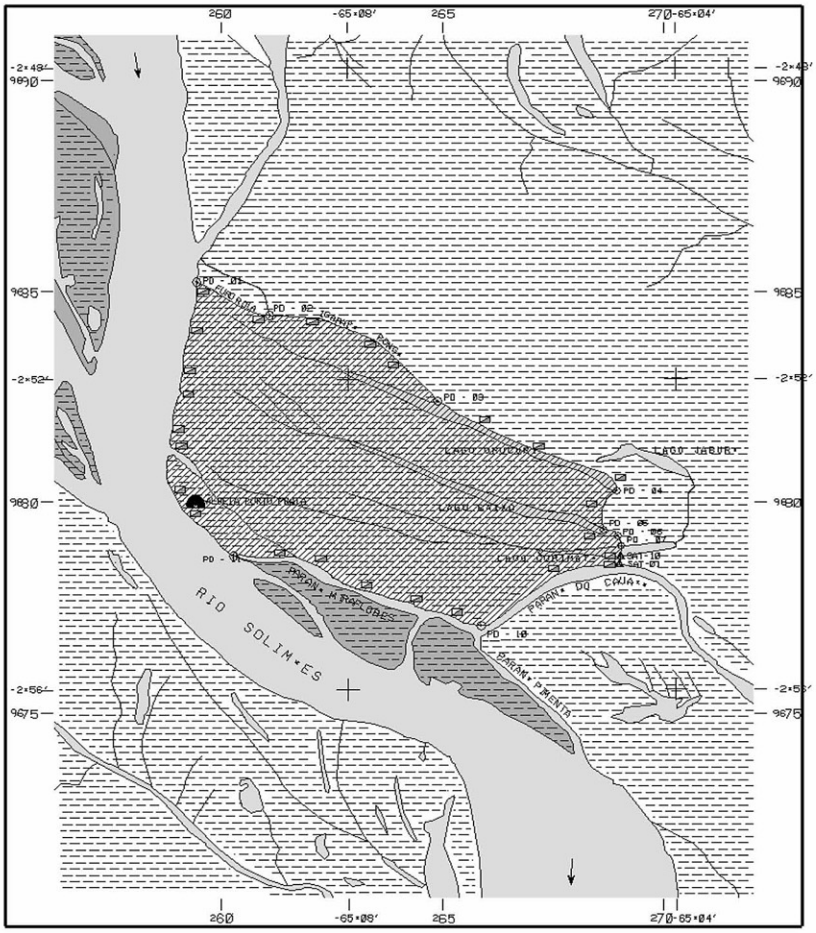
ANEXO VI – Ilha do Camaleão.
FONTE: FUNAI, 2005.



ANEXO VII – Lago do Beruri.
FONTE: FUNAI, 2005.



ANEXO VIII – Macarrão.
FONTE: FUNAI, 2005.



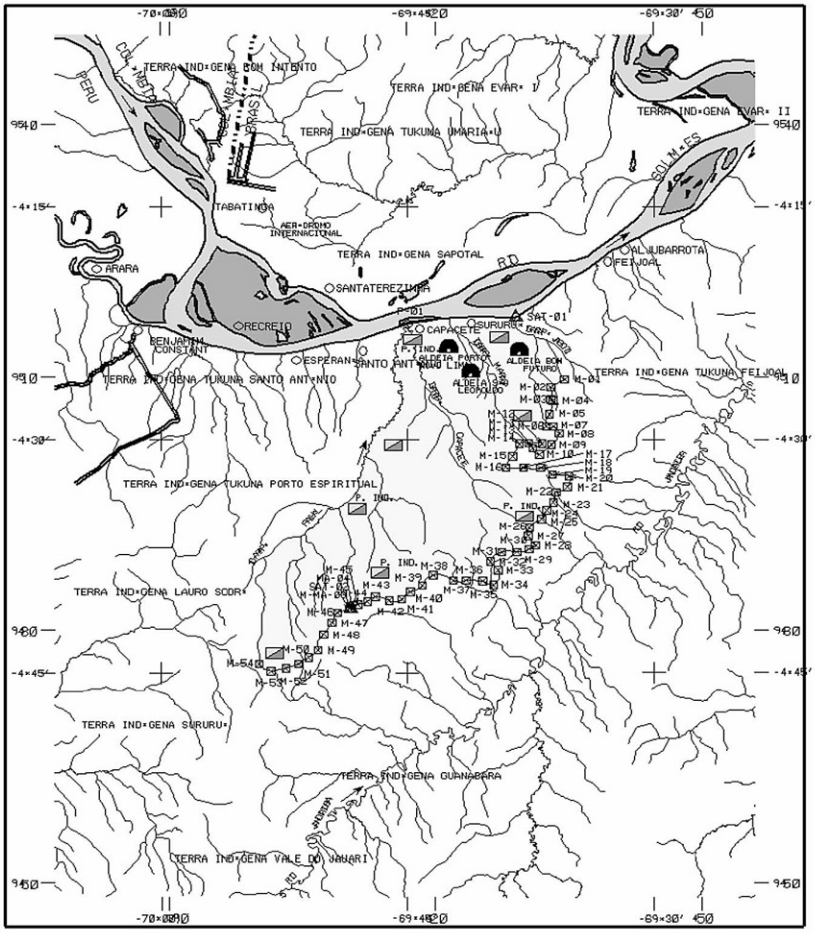
SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DEMARCADA
- POSTO INDÍGENA - CAMPO DE POUSO
- ALDEIA INDÍGENA - MALOCA INDÍGENA
- MARCO DE DIVISA - PONTO DE SATÉLITE
- PLACA INDICATIVA - PONTO DIGITALIZADO
- RODOVIA PAVIMENTADA
- RODOVIA NÃO PAV. PERMANENTE
- RODOVIA NÃO PAV. PERÍODICA - CAMINHO
- RIO PERMANENTE - RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA - DIREÇÃO DE CORRENTE
- TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- LIMITE MUNICIPAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO -FUNAI
DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS -DAF

DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA PORTO PRAIA	MAPA: DEMARCAÇÃO
	SUPERFÍCIE: 4.769.8617 HA / PERÍMETRO: 31.727,05 M
MUNICÍPIO: UARINI	ESCALA: 1:100.000 / DATA: 28/05/03
ESTADO: AMAZONAS / AER: MANAUS	PROCESSO: 3131/2002 / DAGE CARTOGRÁFICA: SA.20-Y-A
DESENHO: GASTRO	RESP. TÉCNICO: HENRIQUE TEIXEIRA S. ENGENHEIRO CARTOGRAFO CREA-PI 2.2270 / VISTO COORD. GERAL DA CARTOGRAFIA: MANOEL FRANCISCO COLOMBO ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA Nº 04.0847/D-SP / VISTO DIRETOR DA DAF: ANTONIO PEREIRA NETO DIRETOR DA DAF

ANEXO IX – Porto Praia.
FONTE: FUNAI, 2005.



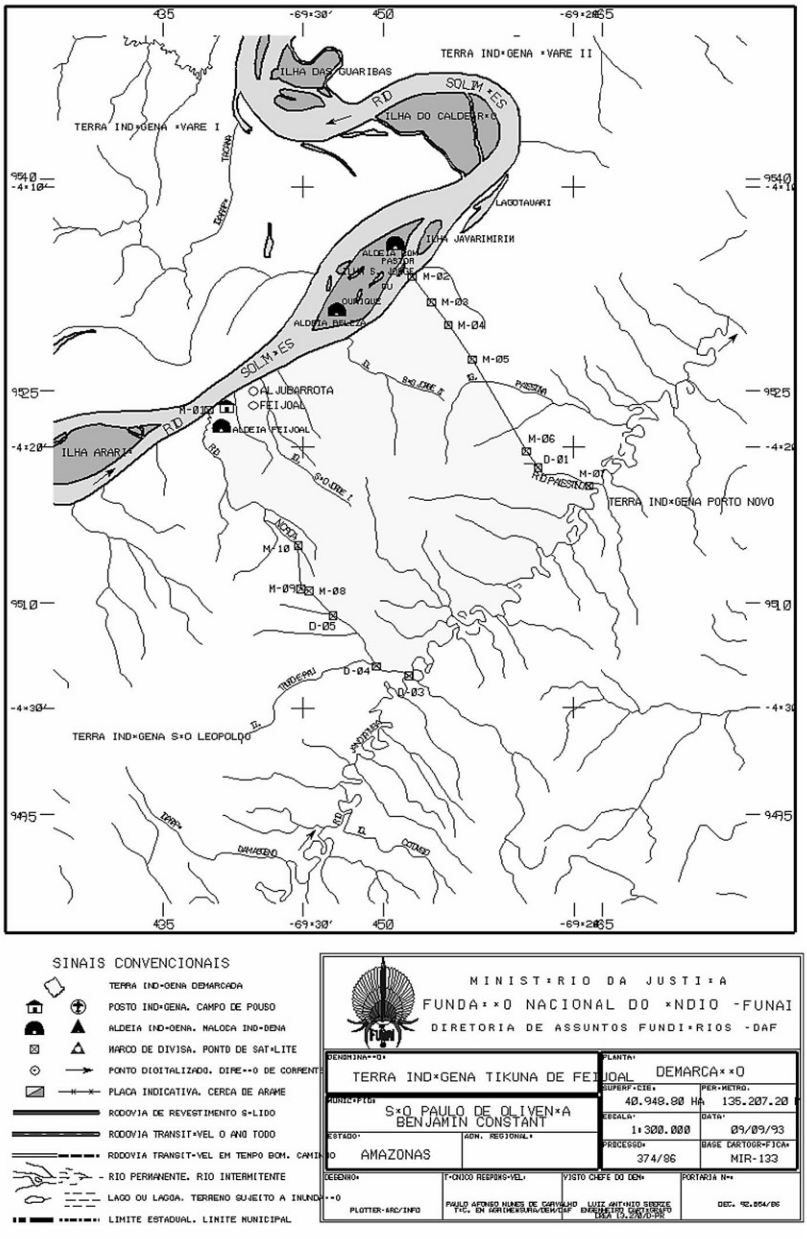
SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA IND*GENA DEMARCADA
- POSTO IND*GENA. CAMPO DE POUSO
- ALDEIA IND*GENA. MALOCA IND*GENA
- MARCO DE DIVISA. PONTO DE SAT*LITE
- PONTO DIGITALIZADO. DIRE**O DE CORRENT
- PLACA INDICATIVA. LOCALIDADE
- RODOVIA DE REVESTIMENTO S*LIDO
- RODOVIA TRANSIT*VEL O ANO TODO
- RODOVIA TRANSIT*VEL EM TEMPO BOM. CAMI
- RIO PERMANENTE. RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA. TERRENO SUJEITO A INUND**O
- LIMITE INTERNACIONAL. LIMITE ESTADUAL

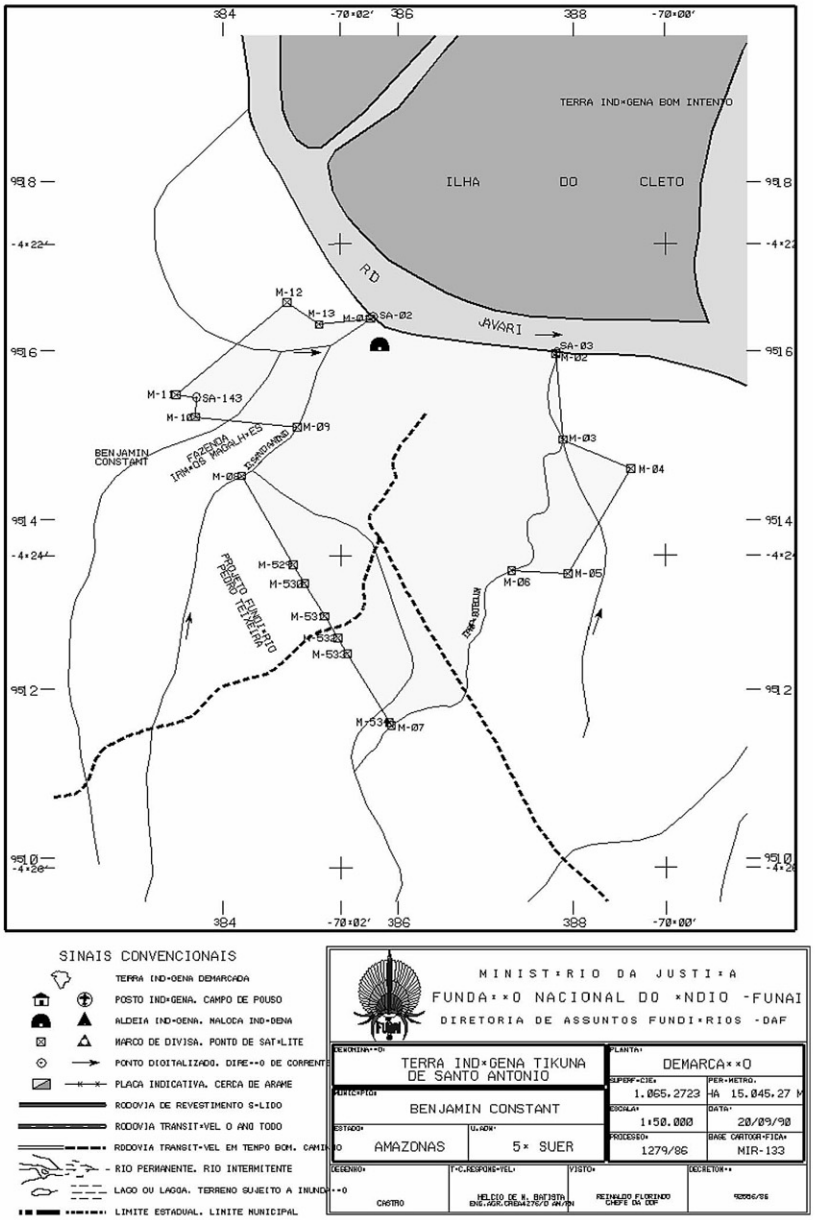
MINIST*RIO DA JUSTI*A
FUNDA**O NACIONAL DO *NDIO -FUNAI
DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDI*RIOS -DAF

DENOMINA**O: TERRA IND*GENA S*O LEOPOLDO		PLANTA: DEMARCA**O	
MUNIC*PIO: BENJAMIM CONSTANT		SUPERF*CIE: 69.270.5409	PER*METRO: HA 199.769.90
		ESCALA: 1:500.000	DATA: SET./87
ESTADO: AMAZONAS	ADR: B.CONST./5*-SUER	PROCESSO N*:	BASE CARTOGR*FICA: MIR-133
DES.: RAIMUNDO N. SANTIAGO	RESP. T*C.: BRULIO RAMOS SOBRINHO END. ADMN. ORD2003/0	VISTO: CHEFE DA DSF	DECRETO N*: 92.083-15/04/86

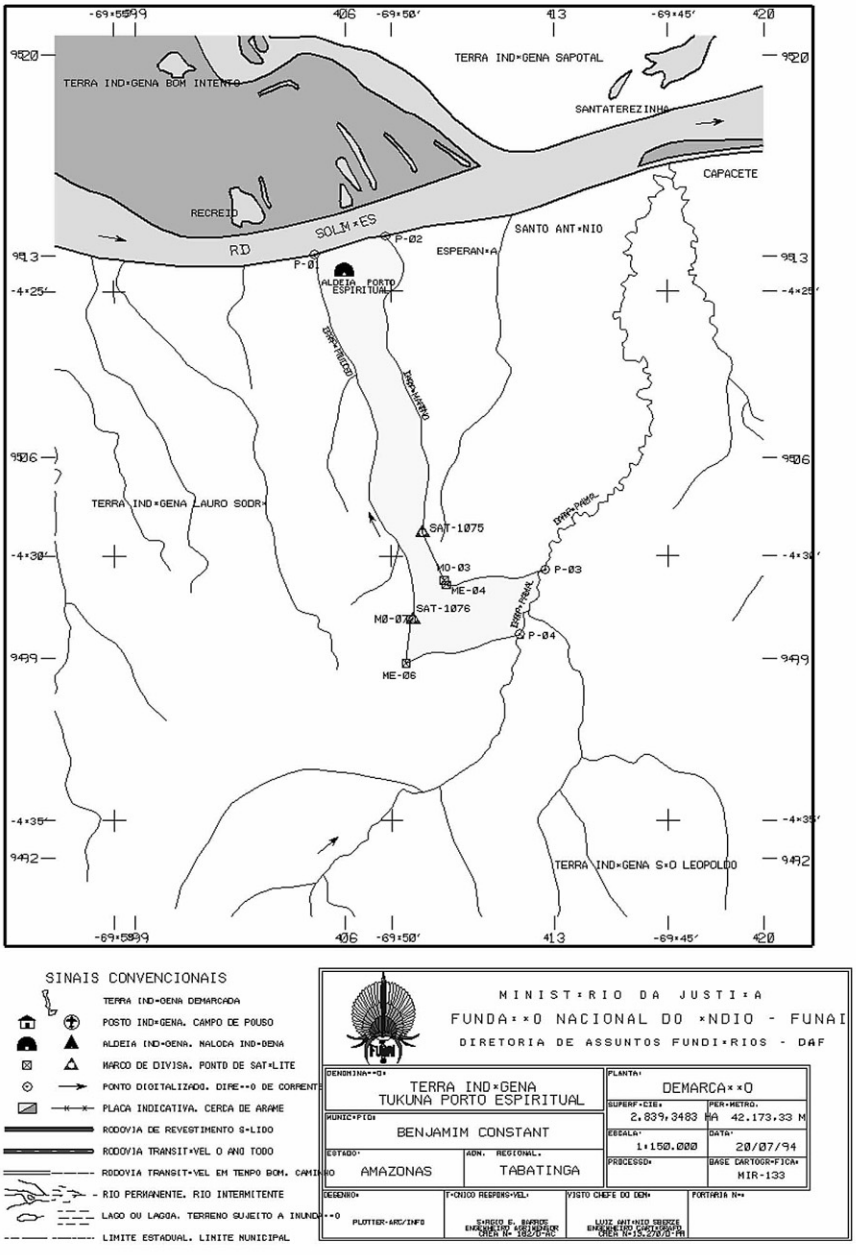
ANEXO X – São Leopoldo.
FONTE: FUNAI, 2005.



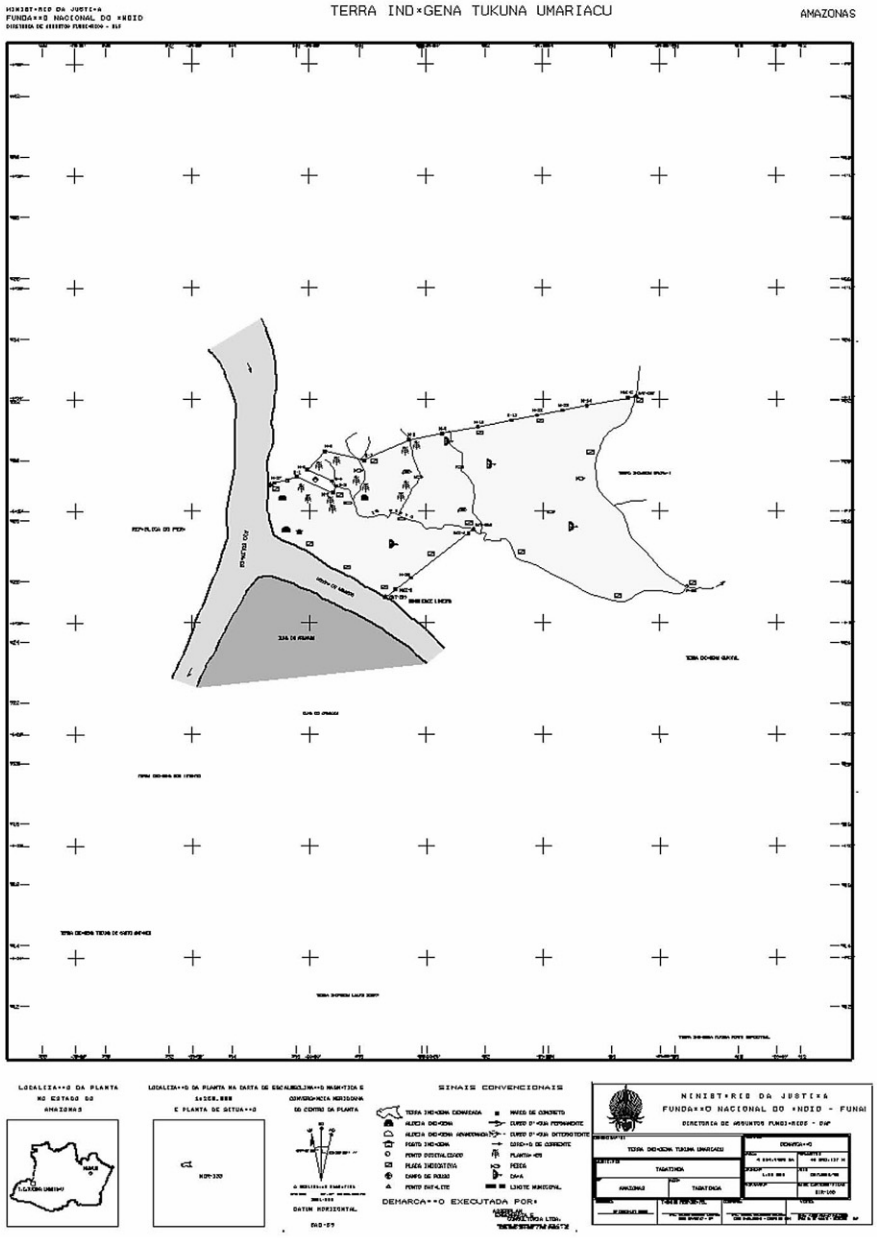
ANEXO XI – Tikuna de Feijoal.
FONTE: FUNAI, 2005.



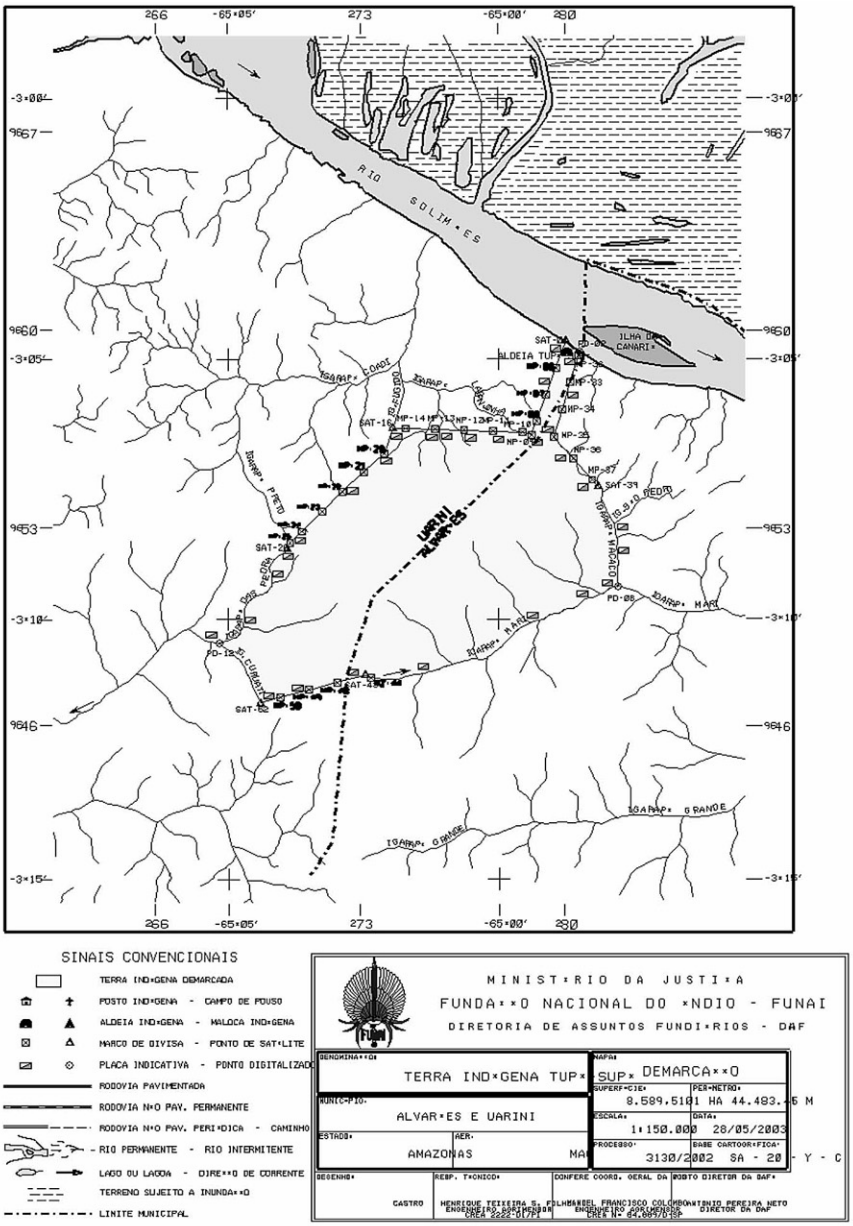
ANEXO XII – Tikuna de Santo Antônio.
FONTE: FUNAI, 2005.



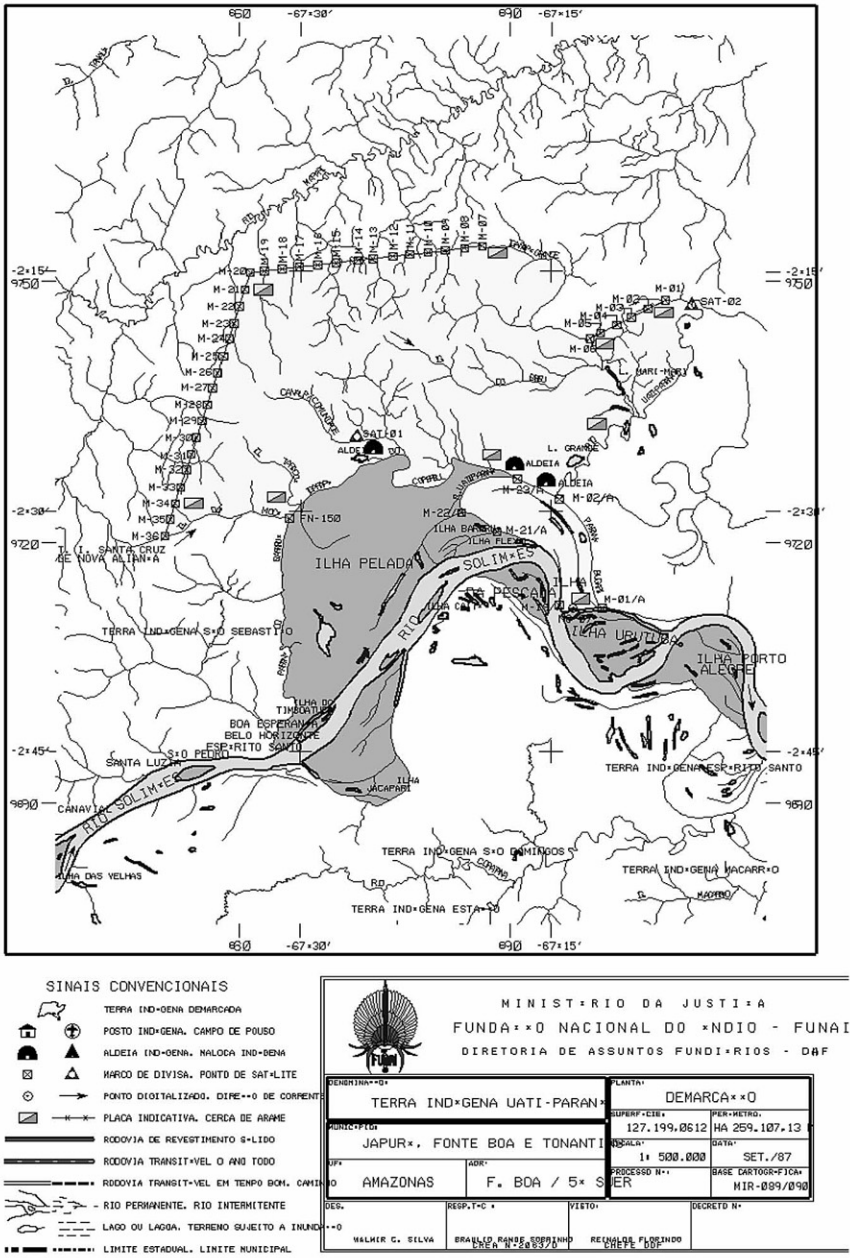
ANEXO XIII – Tikuna Porto Espiritual.
FONTE: FUNAI, 2005.



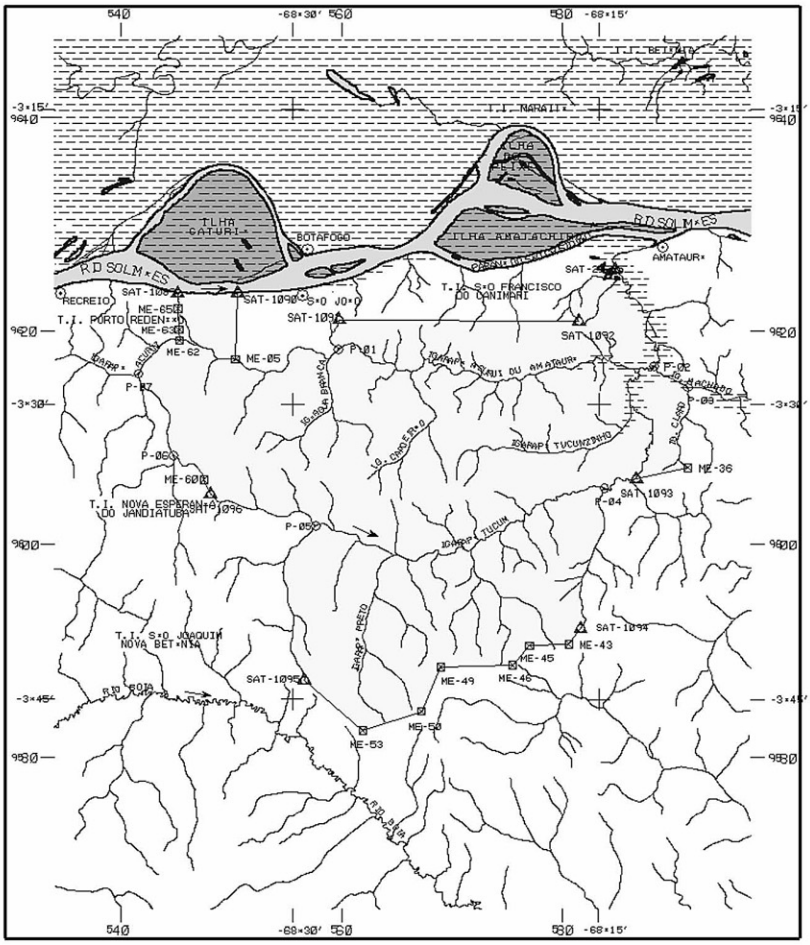
ANEXO XIV – Tikuna Umariaçú.
FONTE: FUNAI, 2005.



ANEXO XV – Tupã-Supé.
FONTE: FUNAI, 2005.



ANEXO XVI – Uati Paraná.
FONTE: FUNAI, 2005.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA IND°GENA DEMARCADA
- POSTO IND°GENA. CAMPO DE POUSO
- ALDEIA IND°GENA. MALOCA IND°GENA
- MARCO DE DIVISA. PONTO DE SAT°LITE
- PONTO DIGITALIZADO. DIME--O DE CORRENTE
- PLACA INDICATIVA. CERCA DE ARAME
- RODOVIA DE REVESTIMENTO S°LIDO
- RODOVIA TRANSIT°VEL O ANO TODO
- RODOVIA TRANSIT°VEL EM TEMPO BOM. CAMINHO
- RIO PERMANENTE. RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA. TERRENO SUJEITO A INUNDA--O
- LIMITE ESTADUAL. LIMITE MUNICIPAL

MINIST°RIO DA JUSTI°A
FUNDA°°O NACIONAL DO °NDIO -FUNAI
DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDI°RIOS -DAF

DENOMINA--O: TERRA IND°GENA VUI-UATA-IN	PLANTA: DEMARCA°°O
MUNICIPIO: AMATUR°	SUPERF°CIE: 121.198,5999 HA / PER°METRO: 191.699,00 M
ESTADO: AMAZONAS	ESCALA: 1:400.000 / DATA: 31/01/00
AER: TABATINGA	PROCESSO: / BASE CARTOGR°FICA: MIR-100
DESENHO: CASTRO	RESP. T°C. IDENTIFICA--O: S°RGIO SERGIO DE CARVALHO ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA N. 10677/D T.C.
DIRETOR/CHEFE DO DED: FRANCISCO COLSERO ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA N. 6.600/D	VISTO DIRETOR DA DAF: LUIZ ARAÚJO FALEIROS ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA N. 17.[illegible]

ANEXO XVII – Vui-Uata-In.
FONTE: FUNAI, 2005.

AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - Lei nº 9.610/98). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura